



Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1990

ANO XVI

RESOLUÇÃO Nº 09/90

Atos da Presidência:

DATA: 06.04.90

SÚMULA: Autoriza o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, celebrar convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura, visando a realização, pela Fundação, do Projeto "PROCESSO TECNOLÓGICO PARA OBTENÇÃO DE SUCO DE MAÇA CONCENTRADO UTILIZANDO REJEITOS DA PRODUÇÃO DE MAÇAS DO PARANÁ".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Autoriza o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura, visando a realização, pela Fundação, do Projeto "Processo Tecnológico Para Obtenção de Suco de Maça Concentrado Utilizando Rejeitos da Produção da Maças de Paraná".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.04.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 010/90

DATA: 06.04.90

SÚMULA: Ficam ratificados os Convênios e Termos Aditivos celebrados, respectivamente nas datas de 04.10.89, 25.09.89, 07.08.89, 25.07.89, 25.07.89, 25.07.89, 13.09.89, 10.07.89 e 13.09.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Rolândia, São João do Ivaí, Grandes Rios, Manguaerinha, Nossa Senhora das Graças, Ortigueira, São Mateus do Sul e Sertãoópolis, objetivando a construção de prédios para Agências de Rendas nos referidos Municípios.

(Mensagem do Poder Executivo n. 100/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os Convênios e Termos Aditivos celebrados, respectivamente nas datas de 04.10.89, 25.09.89, 07.08.89, 25.07.89, 25.07.89, 13.09.89, 10.07.89 e 13.09.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Rolândia, São João do Ivaí, Grandes Rios, Manguaerinha, Nossa Senhora das Graças, Ortigueira, São Mateus do Sul e Sertãoópolis, objetivando a construção de prédios para Agências de Rendas nos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.04.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wandlerer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrarini Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens

Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 75/90

Curitiba, 29 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, Anteprojeto de Lei que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências.

Valho-me da oportunidade para externar a Vossa Excelência e aos demais ilustres Membros dessa augusta Casa de Leis as expressões do meu reconhecido apreço.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Cria o quadro próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado na Secretaria de Estado da Comunicação Social o Quadro Próprio de nível superior e técnico, integrado pelas categorias funcionais de Jornalista, Relações Públicas e Publicitários, cujas vagas deixam de pertencer à sistemática constante da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, passando a ser regida na forma prevista na presente Lei.

Art. 2º - A estrutura dos Grupos Operacionais integrantes do Quadro Próprio de que trata esta Lei subdivide-se em categorias funcionais de Jornalista, Relações Públicas e Publicitário, e incluídos os cargos das autarquias, ficando assim estabelecida:

GRUPO OCUPACIONAL DE JORNALISTA	
CLASSE	Nº DE CARGOS
1ª	43
2ª	15
3ª	36
4ª	46
5ª	44

GRUPO OCUPACIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS	
CLASSE	Nº DE CARGOS
1ª	08
2ª	09
3ª	15
4ª	19
5ª	27

GRUPO OCUPACIONAL DE PUBLICITÁRIO	
CLASSE	Nº DE CARGOS
1ª	01
2ª	01
3ª	01
4ª	01
5ª	01

Art. 3º - Os ocupantes de cargos da categoria funcional de Jornalistas ficam sujeitos a uma jornada de trabalho de 5 (cinco) horas diárias.

Art. 4º - Os vencimentos das classes e categorias funcionais ficam fixados conforme os valores constantes no Anexo I, à presente Lei (valores de março).

Art. 5º - Os Servidores integrantes das categorias funcionais de que trata esta lei terão seus vencimentos reajustados à mesma época e no mesmo percentual que os demais funcionários públicos estaduais, integrantes do Quadro Geral do Estado.

Art. 6º - Os proventos e pensões que têm por base de cálculos os vencimentos dos cargos de que trata a presente lei serão revistos automaticamente de acordo com os valores e critérios nela consignados.

Art. 7º - Os ocupantes efetivos das referências 1 e 2, Padrão I do Quadro Geral do Estado, da categoria funcional e Jornalista transformada na forma do art. 2º da presente Lei, ficam enquadrados na 5ª classe; os das referências 3 e 4 são enquadrados na 4ª classe; os das referências 5, 6 e 7 na 3ª classe; os das referências 8 e 9, na 2ª classe; e os das referências 10 e 11, na 1ª classe.

Art. 8º - As vagas existentes em decorrência do não-preenchimento com a distribuição de acordo com o artigo anterior, deverão ser preenchidas mediante Concurso Público proposto pelo Secretário de Estado da Comunicação Social ao Governador do Estado.

§ 1º - Os candidatos aprovados no Concurso Público, que já pertençam ao Poder Executivo, com vínculo de trabalho sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou com cargo em comissão, da Administração Direta ou Indireta, terão seu tempo de serviço levado em conta para a classificação, mediante critérios a serem previamente adotados pela Secretaria de Estado da Administração.

§ 2º - O Secretário de Estado da Administração providenciará, em tempo hábil, a necessária resolução regulamentando o pro-

cesso de inscrição, a fase de elaboração do Concurso Público e as normas de classificação.

Art. 9º - Somente depois de 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe poderá o Jornalista, o Publicitário e o Relações Públicas ser promovido à classe seguinte, por qualquer dos critérios indicados.

MARÇO 1.990

JORNALISTA - 25 HORAS										
CLAS-	REFERENCIAS									
SES	.1	.2	.3	.4	.5	.6	.7	.8	.9	.10
1a.	12.663,88	13.170,44	13.697,25	14.245,14	14.814,95	15.407,55	16.023,85	16.664,80	17.331,39	18.024,65
2a.	14.206,40	14.774,66	15.365,64	15.980,27	16.619,48	17.284,26	17.975,63	18.694,65	19.442,44	20.220,14
3a.	15.749,14	16.379,11	17.034,27	17.715,64	18.424,27	19.161,24	19.927,69	20.724,79	21.553,79	22.415,94
4a.	17.462,57	18.161,07	18.887,52	19.643,62	20.428,74	21.245,89	22.095,72	22.979,55	23.898,73	24.854,68
5a.	19.367,81	20.142,52	20.948,22	21.786,15	22.657,60	23.563,90	24.506,46	25.486,72	26.506,19	27.566,43

ANEXO I

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 10 - Os ocupantes de cargos nas categorias funcionais atingidas por esta Lei poderão, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta, mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, optar pelo novo regime, sujeitando-se à jornada de trabalho estabelecida.

Parágrafo Único - Os que não optarem permanecerão na situação anterior.

Art. 11 - Para a promoção por merecimento, o Secretário de Estado da Comunicação Social baixará resolução, designando uma comissão que deverá ser formada por 3 (três) ocupantes de cada uma das categorias funcionais, mais 3 (três) representantes do órgão de lotação dos funcionários, para elaboração de listas tripliques a serem encaminhadas ao Secretário de Estado da Comunicação Social, para a respectiva promoção.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 76/90

Curitiba, 02 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Mourão a área de terras com 10.000m² (dez mil metros quadrados) formadas pelas datas da quadra nº 2, da Planta Farol e a área de terras com 10.000m² (dez mil metros quadrados) formadas pelas datas da quadra nº 7, da mesma Planta, objeto das transcrições nºs 30.845 e 30.846, respectivamente, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

O Plano de Lei ora submetido a exame dessa augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, tendo em vista que os órgãos estaduais não pretendem utilizar tais imóveis que, aliás, foram doados ao Estado pelo próprio Município de Campo Mourão. Também porque, segundo expediente que me foi dirigido pelo Senhor Prefeito Municipal (Of. 159/87-GAB, de 29.5.87), aquela Municipalidade irá utilizar as áreas em referência na construção de um Centro Comunitário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Mourão a área de terras com 10.000m² (dez mil metros quadrados) formadas pelas datas da Quadra n° 2, da Planta Farol e a área de terras com 10.000m² (dez mil metros quadrados) formadas pelas datas da quadra n° 7, da mesma Planta, objeto das transcrições n°s 30.845 e 30.846, respectivamente, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Parágrafo Único - As áreas de terras de que trata o "caput" deste artigo serão exclusivamente utilizadas na construção de um Centro Comunitário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 77/90

Curitiba, 03 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel havido pelo Estado do Paraná conforme Registro R-11, Matrícula n° 7.587, no Livro 2, do Cartório da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, situado à Rua Brasilino Moura, n° 818, no Bairro Ahú de Baixo, nesta Capital, contendo casa de alvenaria, demais edificações e benfeitorias, autorização essa que abrange móveis e utensílios.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa configura-se ato conveniente e oportuno, visto que, na atual conjuntura econômico-financeira pela qual passa o País, tudo deve ser feito no sentido de redução de gastos públicos, considerando-se totalmente desnecessárias quaisquer despesas com a manutenção de residências oficiais.

Tal alienação, além de proporcionar sensível diminuição de despesas ensejará obtenção de recursos que poderão ser aplicados em obras públicas de maior interesse da Comunidade.

Outrossim, vale ressaltar o fato de que no texto do anteprojeto em causa figuram disposições expressas no sentido de que o Poder Executivo instituirá comissão de representantes da Secretaria de Estado da Administração, da Casa Civil e da Procuradoria Geral do Estado, especialmente composta para promover a avaliação e os demais atos do processo licitatório da alienação dos bens em referência.

Por outro lado, solicito que o presente projeto de lei seja apreciado em regime de urgência, na forma prevista pelo § 1º e seguintes, do art. 66, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante concorrência pública e preenchimento das formalidades legais pertinentes, o imóvel havido pelo Estado do Paraná conforme Registro R-11, Matrícula n° 7.587, no Livro 2, do Cartório da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, situado à Rua Brasilino Moura, n° 818, no Bairro Ahú de Baixo, nesta Capital, contendo casa de alvenaria, demais edificações e benfeitorias, inclusive móveis e utensílios.

Parágrafo Único - O Poder Executivo constituirá comissão composta por representantes da Secretaria de Estado da Administração, da Casa Civil e da Procuradoria Geral do Estado, que promoverá a avaliação dos bens mencionados neste artigo, assim como o respectivo procedimento licitatório.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 78/90

Curitiba, 03 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Cumprindo o disposto no art. 43, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa anteprojeto de lei dispondo a "Proteção, o Controle e a Conservação do Meio Ambiente no Estado do Paraná".

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo eis que, na forma dos mandamentos contidos nos artigos 207 e seguintes, da Constituição Estadual, virá dotar o Estado do Paraná da "Lei Estadual do Meio Ambiente", um diploma legal indiscutivelmente oportuno e extremamente necessário na atualidade paranaense.

A medida proposta consubstancia o resultado de estudos realizados por renomados técnicos que integram Grupo de Trabalho, para tal fim instituído pelo Decreto n° 6.482, de 10 de janeiro de 1990.

Oferecendo melhor detalhamento sobre o assunto, é anexada cópia autêntica da Exposição de Motivos que me foi apresentada através do Ofício n° 394/90, do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a cuja Pasta coube a coordenação do Grupo de Trabalho

Curitiba, segunda, em 09.04.90
antes referido.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 168/89, que declara de Utilidade Pública a "CRECHE JOSÉ DO PATROCÍNIO DA SILVA", com sede e foro em Luiziana.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 103/90, que declara de Utilidade Pública o "MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA - MEPROVI", com sede e foro em Palmeira.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência, para a Mensagem Governamental n° 75/90, que encaminha anteprojeto de lei que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 66/80, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Re-

gime de Urgência aos Projetos de Lei n°s 164/90 e 165/90, que visam declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE BIÓLOGOS DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital e a "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PRATINHA", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 233/89, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIA-AEMOM", com sede e foro em Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 014/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o "CLUBE DE MAES DO CONJUNTO GRALHA AZUL", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 179/90, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE NOVA ESPERANÇA - APEDENE", com sede e foro em Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei 202/90, que autoriza a realização de Plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da LAPA e ARAUCÁRIA para o Município de Contenda.

Sala das Sessões, em 09.04.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e conside-

quando que o Projeto de Lei n° 103/90 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluída na Ordem do Dia da próxima Sessão, o Projeto de Lei n° 82/90 que concede a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, uma pensão mensal de 2 (dois) salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que os Projetos de Lei n°s 132/88, 219/89 e 250/89 se encontram em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 27/90, que isenta os Servidores Inativos, da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.).

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 733

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluída na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 22/90, que autoriza o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, a elaborar o Plano de Cargos e Salários de seus funcionários estatutários.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 23/90, que estabelece

critérios para liquidação de débitos do Estado, junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.), relativos às contribuições previdenciárias patronal.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 127/90, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 59/90, que autoriza a alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto da Irmãs Oblatas, em Curitiba, na Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 10 do corrente mês, bem como a transformação do Plenário em Comissão Geral, a fim de emitir Parecer sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto de Lei n° 084/90 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto de Lei n° 014/90 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto de Lei n° 168/89 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto de Lei n° 179/90 se encontra em Regime de Urgência, sua ime-

diata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que os Projetos de Lei n°s 055 e 056/90 se encontram em Regime de Urgência, sua imediata inclusão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO N° 696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à douta Mesa Executiva que determine providências administrativas necessárias à retirada do Projeto de Lei n° 150/89.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam retirados da Ordem do Dia de hoje e enviados às Comissões Técnicas, para emissão do Parecer competente, os seguintes Projetos de Lei:

1° - 18/90 - que assegura aos Servidores da área de Saúde, a percepção de 35% a título de insalubridade;

2° - 19/90 - que assegura vale-transporte e vale-refeição aos Servidores Públicos conforme especifica.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 259/85, retornando à Ordem do Dia, dia 11 do cor-

rente quarta-feira.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer à Mensagem Governamental n° 075/90, que cria o Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências.

Outrossim requer, que a referida Comissão Geral seja constituída no transcurso da sessão ordinária de amanhã.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o augusto Plenário, a transformação desta Assembléia Legislativa, em Comissão Geral, apreciando na próxima segunda-feira, dia 09, às 14h e 30min, Mensagem Governamental n° 124/89, na qual solicita autorização desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 54, XXXI da Constituição Estadual, para que o Poder Executivo, através do TPCF, aliene ao Senhor Teissim Tina, imóvel descrito na Mensagem, com o que se estará regularizando terras da Gleba Ribeirão do Tigre, da Colônia Paranavaí.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja destinada a Sessão Plenária dos dias 10 e 11 de abril para a composição das Comissões, isto porque já passaram-se dois meses desde o início do período Legislativo e as mesmas ainda não foram formadas o que vem causando prejuízos para o processo Legislativo.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Florisbal Kuiavski, ocorrido em 24.03.90, no Município de Ivaiporã - PR.

Requer, ainda, que do presente, se dê

ciência aos familiares abaixo relacionados:

Reynilda Wielvski Kuiavski (esposa); e os filhos Ricardo Marcos Kuiavski, Rubens Dimas Kuiavski, Roberto Luiz Kuiavski, Roney José Kuiavski, Rosane Elizabeth Kuiavski e Rosangela Kuiavski, à Rua Ministro Aramis Ataíde, 457 - Conjunto Habitacional General Olímpio Mourão Filho - CEP 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada a Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Álvaro Renostro, ocorrido no dia 18 de março de 1990, em Verê - Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência à família enlutada, na cidade de Verê - Paraná, à Rua Tiradentes, s/n°.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 18 de março de 1990, em Verê - Paraná, do jovem professor Álvaro Renostro, vem deixar uma lacuna irreparável àquela comunidade.

Paranaense de Francisco Beltrão, nascido em 02 de janeiro de 1969, Álvaro Renostro, formou-se em 1987, Professor, pela escola Leonardo da Vinci, de Dois Vizinhos - PR.

Em 1987, ingressou no Serviço Público Municipal, como Professor de 1.ª a 4.ª série da Escola Estadual São João Batista de La Salle, e, em 1988 tornou-se Acadêmico de Geografia pela Facibel de Francisco Beltrão, onde atualmente cursava o 3º período. Em 1989, também ingressou no Serviço Público Estadual, como Professor de 5.ª a 8.ª séries do Colégio Presidente Kennedy, onde marcou sua presença junto a todas as camadas sociais da população verense!

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná juntamente com o povo de Verê, prestam através deste requerimento a sentida homenagem ao Funcionário Público Municipal e Estadual Álvaro Renostro.

Com o seu rápido desaparecimento, aos 21 anos, sua coragem e o seu serviço ficarão marcados na história dos Servidores Públicos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Roberto Carlos Cagnini, ocorrido no dia 18 de março de 1990, em Verê - Paraná.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada na cidade de Verê - Paraná, à Rua Borges de Medeiros, s/n°.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 18 de março de 1990, em Verê - Paraná, do jovem funcionário público estadual Roberto Carlos Cagnini, vem deixar uma lacuna irreparável na Comunidade de Verê.

Paranaense de Verê, nascido em 29 de janeiro de 1969, Roberto Carlos Cagnini, formou-se em 1988, Técnico Agrícola, pelo Colégio Agrícola Miniguaçu de Francisco Beltrão - PR.

Em 1989, ingressou no Serviço Público Estadual como funcionário do Departamento de Trânsito - DETRAN, onde exerceu o cargo de chefe do Posto do DETRAN no município de Verê, marcando sua presença junto a todas as camadas sociais da população verense!

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com o povo de Verê prestam através deste requerimento a sentida homenagem ao Funcionário Público Estadual Roberto Carlos Cagnini.

Com o seu rápido desaparecimento, aos 21 anos, sua coragem e seu serviço ficarão marcados na história dos servidores públicos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção da Ata da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Edgard Virmond Arruda, ocorrido no dia 08/04/90.

O extinto deixa lamentar sua morte a esposa, Senhora Leoni Arruda, seus filhos, netos, parentes e amigos.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos familiares, sito à Rua P. Siqueira, 1300, Guarapuava - PR.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Pertencente à tradicional família guarapuavana, o Senhor Edgard Virmond Arruda era Advogado e ex-Vereador fundador do MDB e PMDB, gozando do mais alto conceito junto à comunidade, tendo ao longo de sua

Curitiba, segunda, em 09.04.90

existência prestado relevante contribuição ao seu município.

O prematuro passamento do amigo, esposo dedicado e pai exemplar veio abalar de forma profunda a sociedade guarapuavana, onde era admirado por todos.

REQUERIMENTO N° 717

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, para que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento das estradas que interligam as localidades de Canjarana e Guarani, ao Município de Mamborê.

A concretização da proposta ora apresentada, será de vital importância àquelas comunidades, haja vista tratar-se de uma região eminentemente agrícola, caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada.

A ligação deste trecho, facilitará o escoamento da produção, amenizando as dificuldades enfrentadas por seus usuários e contribuirá à altura, com o progresso decorrente do atual ritmo de desenvolvimento verificado naquela micro-região do Estado.

Ciente da sensibilidade da Secretaria acionada e da costumeira atenção, já demonstrada de outros pleitos, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 719

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, para que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento da estrada que liga o Distrito Administrativo de Encantado do Oeste à localidade de São Pedro, no Município de Assis Chateaubriand; interligando-os ao asfalto que une o Município de Palotina ao Município de Toledo.

A concretização da proposta ora apresentada, será de vital importância àquelas comunidades, haja vista tratar-se de uma região eminentemente agrícola, caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada.

A ligação deste trecho, facilitará o escoamento da produção, amenizando as dificuldades enfrentadas por seus usuários e contribuirá à altura, com o progresso decorrente do atual ritmo de desenvolvimen-

to, verificado naquela microrregião do Estado.

Ciente da sensibilidade da Secretaria acionada e da costumeira atenção, já demonstrada de outros pleitos, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da "Faspar", solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Rita de Cássia, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Rita de Cássia, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento. Porém, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche da Mônica, localizada em Mamborê.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche da Mônica, localizada em Mamborê, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas, tem mantido uma tradição de bom atendimento. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 695

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Sagrada Família, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Sagrada Família, localizada

em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que atende a dezenas de pessoas carentes na região, permitindo que seus pais possam trabalhar. Porém, por motivos de defasagem, orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor DELSO JOSÉ TRENTIN, Mui Digno Superintendente da FUNDEPAR, solicitando sejam determinadas providências, em caráter de urgência, visando uma vistoria e, conseqüentemente, uma avaliação das condições do prédio que abriga a Escola Estadual "Senador Correia" - Ensino de 1° Grau, Regular e Supletivo, de PONTA GROSSA, mais precisamente no que consiste aos reparos na cobertura (madeiramento), pisos e instalações elétricas, os quais se apresentam em precário estado de conservação, colocando em risco alunos, professores e funcionários e impedindo o desenvolvimento normal dos trabalhos, principalmente em períodos chuvosos, quando algumas instalações elétricas ficam submersas, podendo ocasionar, com isso, danos irreparáveis.

Decorre a presente solicitação de apelo contido em expediente da mencionada Escola, sob n° 15/90, de cuja teor pode-se depreender a preocupação da sua Direção em solucionar a questão no maior espaço de tempo possível, de forma a dotar aquele estabelecimento das condições as mais favoráveis para o seu pleno funcionamento.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 707

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da "Faspar", solicitando auxílio financeiro para a Creche Nossa Senhora Aparecida, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora Aparecida, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que vem atendendo um número maior de moradores desta cidade. Porém, necessita de auxílio financeiro, para continuar com seu bom atendimento.

REQUERIMENTO N° 708

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

Curitiba, segunda, em 09.04.90

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da "Faspar", solicitando auxílio financeiro para a Casa da Sopa (CEMIC), localizada em Goioerê.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Sopa (CEMIC), localizada em Goioerê, é uma entidade assistencial que atende inúmeras pessoas carentes da região, porém, necessita de auxílio financeiro, para continuar com seu trabalho comunitário.

REQUERIMENTO N° 709

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da "Faspar", solicitando auxílio financeiro para a Creche São José, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche São José, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que vem prestando grande auxílio as pessoas desta comunidade. Porém, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 710

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da "Faspar", solicitando auxílio financeiro para o Clube das Mães Imaculada Conceição, localizada em Mamborê.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Clube das Mães Imaculada Conceição, localizada em Mamborê, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, atendendo a pessoas carentes da região. Entretanto, necessita de auxílio financeiro, para continuar prestando seus serviços de assistência.

REQUERIMENTO N° 715

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adianta subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, para que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, Votos de

Curitiba, segunda, em 09.04.90

Congratulações e Aplausos, ao Ilustíssimo Sr. Luiz Becher, DD. Diretor da Rádio Clube de Roncador, pela feliz iniciativa de promover a inauguração da referida emissora no Município de Roncador.

Que a presente proposição represente o abraço da Assembléia Legislativa do Estado e os desejos de uma atuação voltada aos interesses maiores daquela comunidade.

Requer-se, ainda, que do teor do presente, dê-se ciência ao homenageado, na Rádio Clube de Roncador - Roncador - Pr, Cep. 87.320.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Oficial da Assembléia Legislativa, formada por seis Deputados a fim da proceder "in loco" a constatação das denúncias encaminhadas através de farta documentação (anexa), pela Câmara de Vereadores de Londrina, apoiada por unanimidade dos Vereadores.

A denúncia traz a tona uma séria irregularidade na construção do que deveria ter sido uma ligação asfáltica entre Colônia Coroados e Londrina e acabou por ser asfaltada, segundo as denúncias, a estrada de Congonhas que liga Londrina ao Distrito de São Luiz.

Como tal denúncia envolve o DER- Departamento de Estradas e Rodagem, que é um órgão estadual, solicito aos nobres Deputados a aprovação deste requerimento a fim de que se possa elucidar quem são os verdadeiros responsáveis por tal irregularidade.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 691

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado ofício à Presidência da Telepar na pessoa do Dr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando a instalação de Posto Telefônico na localidade de Linha Tapuí no Município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Com o intuito de facilitar a comunicação dos moradores daquela localidade, evitando que os mesmos se desloquem para fazer suas ligações urbanas e interurbanas, principalmente nos casos de emergência, é o objetivo do presente requerimento.

A comunidade de Linha Tapuí através de

seu representante Vereador José Valmor Martins esperam da Telepar pronto atendimento a esta justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 692

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado ofício à Presidência da Telepar na pessoa do Dr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando a instalação de Posto Telefônico na localidade de Linha Calamância no Município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade da Linha Calamância representada pelo nobre Vereador José Valmor Martins, reivindica a instalação de Posto Telefônico, por entender que tal benefício irá facilitar a comunicação dos moradores daquela localidade principalmente nos casos de emergência.

Esperamos providências urgentes na concretização do exposto.

REQUERIMENTO N° 699

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja dirigido ofício, com cópia desta proposição, ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando-lhe, com urgência, o reinício das obras de pavimentação asfáltica no trecho Toledo - São Luiz do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

São Luiz do Oeste é um dos mais prósperos Distritos do Município de Toledo. Sua produção é extremamente diversificada. Sua geração de grãos, milho, soja e trigo, é extremamente importante para o município. Além disso conta com dezenas de aviários, integrados a Frigobrás/Sadia, cuja população passa das centenas de milhares de aves. Conta também, com um número expressivo de chiqueirões para a criação de suínos, com alta técnica. Aí surge um impasse. O escoamento da safra e dos animais é feita por uma estrada de chão em condições precárias. Em dias de chuva, o trânsito torna-se quase impossível o que causa transtorno e prejuízo aos produtores.

Em 1988 iniciaram-se as obras de pavimentação asfáltica, com a colocação de tubos e o piqueteamento de todo trecho, e é bom ressaltar, que são apenas 18 quilômetros inexplicavelmente, os serviços foram paralisados logo após seu início, para de-

espero dos agricultores e usuários da citada estrada.

Se a meta do governo é aumentar a produção, é necessário que se dê condições de escoamento e por isso, urge que, se reiniciem as obras imediatamente.

Contamos com a sensibilidade dos nobres Deputados para a aprovação deste nosso requerimento, e com a visão do novo Secretário dos Transportes para o problema dos produtores.

REQUERIMENTO N° 701

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada representação ao Governo Federal, nas pessoas dos Srs. Presidente da República e Ministro da Infra-Estrutura, protestando contra o pretendido desvio de recursos decorrentes de financiamento do Banco Mundial e destinados à duplicação e melhoria da BR-116, no trecho São Paulo-Curitiba, para outras obras públicas.

Tal desvio está contido em nota do Secretário Executivo daquele Ministério, publicada nos jornais desta data, dando conta de que "a idéia do governo agora é repassar as obras de duplicação da estrada e sua exploração para a iniciativa privada e alocar os recursos para outros setores".

Tal fato não pode ocorrer porque o financiamento de 320 milhões de dólares obtido junto ao BIRD foi específico para o projeto da BR-116, um dos mais perigosos trechos rodoviários brasileiros, onde frequentemente se sucedem pavorosos acidentes e nos quais pereceram, apenas neste ano, mais de 200 pessoas. Antes de ficar planejando o desvio dos recursos alocados especificamente para um projeto prioritário, as novas autoridades federais devem avaliar, com senso crítico, os custos indiretos que o atual estado dessa rodovia descarrega sobre a economia brasileira.

Porisso o Paraná como um todo deve se mobilizar, ao lado das autoridades estaduais paulistas, em protesto contra a pretendida alteração dos recursos, exigidos antes que eles sejam incorporados a um projeto de financiamento direto das obras, ou aos particulares que pretendam explorar a citada rodovia BR-116.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 724

Senhor Presidente.

O Deputado que est subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex, no sentido de apoiar urgentemente às reivindicações dos suinocultores.

No que se refere:

- Instalação urgente de uma CPI sobre

a última importação de carne suína - 1989 - visando apurar os benefícios com a importação, qualidade de carne, quantidade importada e ainda existente preço médio e data da internalização.

- Não ocorram mais importações de carne, principalmente quando carregadas de subsídios;

- Abastecimento de milho consumo pela CFP, através da reativação imediata do exitoso programa de venda direta;

- Somar forças com os produtores para melhor distribuição dos lucros entre os segmentos

produtor/atacadista/varejista/indústria;

- Que os instrumentos de governo não sejam direcionados a indústria que possuam na integração mais produção própria, acima de cinquenta por cento de seu abate;

- Estímulo a organização do produtor na produção, industrialização e comercialização;

- Eliminar a bitributação equipar as normas do ICMS sobre as carnes nos Estados produtores;

- Melhores condições de crédito aos produtores através dos Bancos Estaduais, admitindo o pagamento por equivalência em produto;

- Reorganização da Assistência Técnica e dos Programas Sanitários nos Estados, inclusive apoio laboratorial;

- Maior infra-estrutura de armazenagem.

REQUER-SE também, que da decisão da Casa, seja oficiado o Presidente da República, o Ministro da Agricultura, os Governadores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os Secretários da Agricultura dos Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Senadores e Deputados Federais que representam o Estado do Paraná no Congresso Nacional, dando-se ciência deste à ABCS - Associação Brasileira de Criadores de Suínos, ACSURS - Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos, APS - Associação Paranense de Suinocultores, APCS - Associação Paulista de Criadores de Suínos, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A Suinocultura Brasileira em consequência da atual conjuntura, o setor produtivo vem financiando o desenvolvimento dos demais setores, através da descapitalização do pequeno produtor.

Na atual situação, a relação de troca da suinocultura, frente aos produtos industrializados, insumos, fatores, se encontra deteriorada e extremamente desfavorável ao produtor. Considerando, a importância social e econômica da Suinocultura

para a propriedade de exploração familiar, que o suinocultor encontrou na década de 80, a pior crise da história da suinocultura. Que os setores Industrial e Comercial, registraram no mesmo período o seu maior crescimento.

A comercialização de suínos e seus derivados vem se caracterizando pela formação de cartéis, onde poucas agroindústrias dominam a compra de suínos e por outro lado, junto com a rede mercadista, monopolizam a comercialização dos produtos industrializados.

Ao Governo Federal alertamos caso perca a situação de prejuízos do produtor, onde o custo de produção está em NCZ\$ 18,39 kg - EMBRAPA, e o preço do suíno vivo em NCZ\$ 13,50 kg, as associações de criadores de suínos, juntamente com as demais entidades dos produtores, irão organizar a partir de: 01.03.90 o "Boicote" à comercialização de suínos vivos em todo o território Nacional.

REQUERIMENTO N° 714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício a Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado Álvaro Dias e a Sua Excelência, o Sr. Secretário de Estado da Saúde Manoel Almeida Neto, solicitando sejam envidados esforços no sentido de liberação de recursos financeiros para a construção do prédio próprio para abrigar a sede da 3ª Regional de Saúde, de Ponta Grossa, cujos custos de execução já constam do orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha para o presente exercício/1990.

Dá origem a presente moção, expediente oriundo daquela Regional sob n° 32/90, em que sua Direção, empenhada em sanar problemas inerentes às instalações do prédio que hoje ocupa, mais precisamente no que diz respeito ao espaço físico e sua adequação às necessidades dos serviços, faz veemente apelo, a fim de que mencionada obra venha a ser efetivada no menor espaço de tempo, haja visto funcionar em prédio alugado, que embora tenha sido adaptado para aqueles fins, apresenta-se insalubre, sem espaço físico suficiente para a equipe desempenhar adequadamente suas atribuições, principalmente no que se refere à guarda e conservação de sua frota de veículos que, muitas vezes, fica sujeita às intempéries.

Isto posto, conta com a proverbial atenção daquelas autoridades, a fim de que medidas nesse sentido venham ser adotadas, possibilitando àquela 3ª Regional o desenvolvimento normal de suas atividades em instalação condizentes com as suas reais

necessidades.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

REQUERIMENTO N° 700

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, para que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal de São José dos Pinhais Moacir Piovesan, no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis, em resposta às reivindicações encaminhadas pelos moradores daquela localidade, cujo inteiro teor transcrevem abaixo:

"Os moradores do Jardim Elvira 2, Cidade Jardim em São José dos Pinhais, que compraram lotes da Imobiliária Jardim, sentem-se lesados, pois adquiriram seus terrenos na esperança que fossem aterrados, pois alguns dos referidos terrenos não possuem nem 50% de sua área seca, correndo risco de enchente, de crianças se afogarem nas cavas e o risco de epidemias, pois é fácil a proliferação de mosquitos.

Quando adquirimos os lotes junto à referida Imobiliária, não fomos notificados da profundidade das cavas, as quais nossos terrenos ladeiam, informação também que algumas pessoas foram enganadas durante a compra, adquirindo lotes dentro da cava, pois na planta que é apresentada pelo vendedor não existe cava nenhuma, mostrando apenas os lotes e as ruas, as quais não existem realmente. Alguns moradores já se dirigiram, à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais para que se tomassem as providências, mas existe um jogo de empurra entre a Prefeitura e a Imobiliária, e nessa altura não sabemos quem são os responsáveis pelas melhorias de que nós temos direito, fomos informados por um funcionário da Prefeitura que a Imobiliária havia sido notificada e processada para que fizesse o aterro, mas como a justiça é morosa, isso iria demorar.

As reclamações que exigimos providências por parte de alguém, pois até agora não coseguimos nada de concreto nem da Prefeitura tão pouco da Imobiliária Jardim, são as seguintes:

0.1 - Aterro total das Cavas;

0.2 - Canalização ou interrupção do esgoto que atravessa a Rua Canuto M. de Araújo, vindo paralelo pela Rua Capitão Tomaz C. de Camargo.

0.3 - Melhoria da Iluminação Pública;

0.4 - Manilhamento do Jardim Elvira 2 (cidade Jardim)

0.5 - Abertura das ruas que constam na planta da Imobiliária.

Ciente da sensibilidade daquela Pre-

feitura Municipal face aos graves problemas sociais que afligem seus munícipes, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO N° 716

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, para que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento das ruas do Conjunto Residencial Nivaldo Antonio Simionato, no Município de Peabiru.

A presente reivindicação nos foi encaminhada através da referida comunidade e cumpre-nos, repassá-la à autoridade competente.

Grato pela atenção que puder ser dispensada a este pedido, ficamos no aguardo de um posicionamento.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 729

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, na forma regimental, considerando:

I - Que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado": (Constituição da República Federativa do Brasil p.8, Artigo 5° XXXIII).

II - A função latente do Poder Legislativo, como órgão fiscalizador do Estado de vigiar o cumprimento às leis que dele emanam, bem como os atos que, de qualquer forma e a qualquer tempo, atinjam a população do Estado ou seus interesses, e

III - Que a mudança de sede de Município deve atender à Legislação específica, nos termos da Constituição;

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo do Estado aos Poderes Executivo e Legislativo do município de Paranaguá, através dos seus representantes, nos seguintes termos:

I - Quais as medidas legais tomadas pelo Senhor Prefeito em conjunto com a Câmara Municipal para mudança da sede do município para o balneário Pontal do Sul?

II - Qual a fundamentação legal para tal mudança de sede?

III - Em que data foi realizado o ple-

biscito para decidir, junto à população, a mudança da sede? Qual o resultado? (Docs. comprobatórios).

IV - Quais as razões que justificam a mudança da tradicional sede do município de Paranaguá para local desprovido de infra-estrutura e distante dos órgãos públicos.

V - Os Poderes Executivo e Legislativo estão funcionando normalmente na "nova" sede do município, desde quando, com que condições físicas e humanas?

VI - Qual o montante de gastos praticados para instalação dos Poderes na "nova" sede?

V - Têm os Senhores Vereadores ou Prefeito Municipal percebido diárias pelo trabalho em Pontal do Sul?

V.1. - Quais os valores a qual pretexto?

VI - Por qual prazo a sede do município ficará fixada em Pontal do Sul?

VII - Envio de documentos comprobatórios das sessões realizadas pelo Legislativo municipal, em Pontal do Sul, bem como despachos do Senhor Prefeito na sede e das atividades desenvolvidas pelas Secretarias.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito dos deslocamentos ao Interior do nosso Estado do Dr. Manoel Antônio de Almeida Neto, Secretário da Saúde do Estado do Paraná, nos dias 5 e 6 do corrente, bem como qual seu itinerário, quais os objetivos da(s) viagem (s), quem foram seus acompanhantes e qual o papel desempenhado por estes dentro dos objetivos da(s) viagem (s), e qual o meio de transporte utilizado.

Sala das Sessões em 09.04.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Causou estranheza a este Parlamentar, ao se deparar no último dia 05 do corrente na cidade de Francisco Beltrão, em um restaurante da cidade por volta de 12:00 horas com o recém-empossado Secretário da Saúde do Paraná, acompanhado de uma comitiva.

Recebemos informações de médicos daquela cidade de que a viagem do Senhor Secretário não tinha objetivos bem definidos, uma vez que o mesmo aportou em Francisco Beltrão, em avião do Estado acompanhado dos Doutores Marsolla e Palquist, candidatos a eleição da UNIMED-PR.

Considerando que o Senhor Secretário

Curitiba, segunda, em 09.04.90

da Saúde é Superintendente da UNIMED-PR, dada a proximidade da realização do pleito nesta entidade e a presença dos candidatos que segundo nos consta não têm ligações com a SESA, é que vimos à presença de Vossa Excelência solicitar maiores informações.

REQUERIMENTO N° 730

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado ao Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, o seguinte.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01 - Qual o andamento do projeto de instalação de água e esgoto na faixa litorânea de Monções a Pontal do Sul?

02 - Quando as obras devem ser iniciadas e concluídas?

Salas das Sessões, em 09.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Já foi aberto e realizado o processo de licitação para contratação de empresas para realização das obras em questão.

Tais obras, como parece, são imprescindíveis para a população das áreas em questão, haja vista que aludem a condições mínimas de bem-estar. Perecem aliás, os munícipes, pela falta de condições mínimas de sobrevivência, segundo os padrões de dignidade humana.

Diante disso, não poderia a comunidade deixar de quedar-se entusiasmada com a possibilidade real de concretização dessa antiga reivindicação, através da abertura do processo de licitação.

Lamentavelmente, contudo, as obras não foram iniciadas, deixando todos, novamente na intranquilidade e temor de que não venham a ser concretizadas.

Destarte e acreditando que a SANEPAR realmente vá dar continuidade às obras, encarecemos as informações supramencionadas, como forma de agilizar e tranquilizar a população da faixa Monções e Pontal do Sul, no nosso litoral.

REQUERIMENTO N° 731

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo a Moção de Desagravo a este Poder, enviada pela Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon, por ocasião das críticas proferidas durante a sessão de instalação da sede do município de Paranaguá, em Pontal do Sul.

Salas das Sessões, em 09.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 15 de março, Prefeito e Vereadores do Município reuniram-se no Balneário de Pontal do Sul para, em Sessão Solene proceder a formalização da mudança de sede do município, usando para tanto das dependências de um hotel.

O requerente, na condição de membro do Poder Legislativo Estadual, fez-se presente e anunciou-se representante oficial e formalmente, para acompanhar o ato solene e bem assim conhecer os motivos de tão inusitada mudança.

No decurso da Sessão, viu-se com surpresa o Deputado requerente, atacado e agredido por diversos membros, dos dois Poderes do Município, não como pessoa física mas, como representante do Poder Legislativo do Estado, em razão do apoio que empresta à causa pela tramitação do projeto já referido, nesta Casa.

Com respeito e parcimônia, o requerente, junto a todos os presentes - autoridades e comunidade - ouviu e aguardou que todos os Senhores Edis e Prefeito Municipal se manifestassem para, então, usando da palavra, apresentar a defesa do Poder a que pertence, quando teve a palavra negada, num ato não apenas de falta de cordialidade, como de profundo desrespeito ao Poder Legislativo Estadual.

Pessoas sérias que participavam da solenidade, constrangidos com o desfile de impropérios e pela utilização de expressões não condizentes com um ambiente Parlamentar, sobretudo, numa Sessão aberta "sob a proteção de Deus", retirando-se do local, desaprovando o ato que, a pretexto de defender os interesses do município, promoveu um espetáculo hediondo e deprimente, depondo contra a boa tradição paranaense.

Representantes da Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon, conhecendo a gravidade do fato e discordando das levianidades perpetradas contra o Poder Legislativo, manifestam sua desaprovação, através da Moção anexa, em nome de grande parcela de paranaenses, residentes no litoral do nosso Estado.

Que do teor do presente dê-se ciência à entidade autora da Moção.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 023/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita,

no município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Encantado do Oeste.

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Encantado no Rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo Rio Encantado até a foz do Rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das Colônias Pindorama e Peruíbe, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255, no ponto onde alcança o Rio Descoberto, sobe por este até a foz da Sanga das Cobras, sobe por esta linha até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa rumo Norte até encontrar o Córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no Rio do Peixe, desce por este até sua foz no Rio São Pedro, desce por este até encontrar a linha de divisa da Fazenda Britânia, segue por esta linha de divisa até encontrar a nascida Sanga Ariranha, desce por esta até sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Encantado, Ponto Inicial e Final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ENCANTADO DO OESTE.

"Tem como ponto inicial e final o Ramal Araongas na divisa da chácara 330. Do ponto inicial segue pela divisa das chácaras 330 e 184, até o Ramal Arara, segue por este até a divisa das chácaras 356 e 108, segue por esta divisa e depois pela divisa das chácaras 355, 354, 353, 352, 351, 350, 349 e 348 até o Ramal Araongas, segue por este até a divisa da Chácara 330, Ponto Inicial e Final."

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Encantado do Oeste.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(aa) NILTON BARBOSA
NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 024/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no município de Santa Cecília do Pavão, para que a respectiva população se pronuncie sobre a criação do Município de Nova Santa Bárbara, desmembrando de Santa Cecília do Pavão.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA

"Partindo da cabeceira mais alta do Rio Paulo, segue uma linha reta até alcançar a cabeceira mais alta do Rio José Maria, continuando até a nascente do Córrego Palmital, em continuação até uma das vertentes do Rio José Maria, denominado Balbino, seguindo em linha reta até outra vertente do mesmo Rio José Maria, chamada Hirano, seguindo então em linha reta onde atravessa a Estrada Oficial do Cerne até a cabeceira do Córrego Zé Procópio e deste segue até a nascente do Quinzinho a qual desagua no Rio Sabiá e desta nascente segue até a cabeceira do Rio situado na Fazenda Guimar ganhando o mesmo rumo divisório da Estrada Setecentos e por esta até a divisa do Rio e município de São Jerônimo".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 025/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Dois Vizinhos para que a respectiva população se pronuncie sobre a criação do município de Boa Esperança do Iguaçu, desmembrando de Dois Vizinhos.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

"Inicia na foz Rio Canoas no Rio Iguaçu. Desce pelo Rio Iguaçu até a foz do Rio Jaracatiá, sobe por este até a foz do Rio Piracema, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca até encontrar a nascente do afluente do Rio Mico, desce por este até sua foz no Rio Mico, deste ponto segue pela divisa das Glebas 56 FB e 76 FB, até alcançar o Rio Canoas, desce por este até a sua foz no Rio Iguaçu, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.

"Inicia na Rua R, no canto da quadra 24 (Cemitério), segue pela divisa da quadra 24 até a Rua A, Rua A até a Rua Q, Rua Q até a Rua M, Rua M até a Rua C, Rua C até a Rua D, Rua D até a divisa do lote rural 68 a quadra 22, segue pela divisa da quadra 22 depois 19, 20 e 01 até o Rio Esperança, desce por este até a Rua M, segue por esta até a divisa do lote rural 8 com a quadra 11, por esta divisa até a Rua

Curitiba, segunda, em 09.04.90

A, Rua A até a Rua K, Rua K até a Rua R, Rua R até o canto da quadra 24 (Cemitério), ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as condições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 026/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no Município de Dois Vizinhos para que a respectiva população se pronuncie sobre a criação do Município de Cruzeiro do Iguaçu, desmembrado de Dois Vizinhos.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU

"Inicia na foz do Rio Jaracatiázinho no Rio Chopim. Desce pelo Rio Chopim até a sua foz no Rio Iguaçu, desce por este até a foz do Rio Canoas, sobe por este até a Estrada Dois Vizinhos - Ouro Verde, segue por esta até o Arroio Marrelo, desce por este até a sua foz no Rio Jaracatiázinho, desce por este até a sua foz no Rio Chopim, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU.

"Inicia na divisa da Quadra 51 com a Estrada Francisco Beltrão a Foz do Chopim. Estrada Francisco Beltrão a Foz do Chopim até o lote 1 da Quadra 1, deste ponto contorna e inclui as Quadras 1, 2-A, 3, 5, 7, 10, 10-A, 15, 20, 20-A, 26, 41, 50, 59, 64 e os lotes 9 e 7 da Quadra 63 até encontrar o Rio Divisor, Rio Divisor acima até a sua nascente no lote n. 1 da Quadra 61, deste ponto contornando e incluindo o lote 1 da Quadra 61, mais as Quadras 60-A, 60-B, 60, 54-A até a Rua L, Rua L até a divisa da Quadra 52, divisa da Quadra 52 até divisa da Quadra 51, divisa da quadra 51 até a Estrada Francisco Beltrão - Foz do Chopim, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 027/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área cujo perímetro adiante se descreve, nos municípios de

Enéas Marques e Salto do Lontra para que as respectivas populações decidam sobre a criação do Município de Boa Esperança do Sudoeste, como segue:

"Inicia-se na foz do rio Mambuca com o rio Jaracatiá, sobe pelo rio Jaracatiá até a foz do arroio Gamela, subindo por esse até a sua nascente, situada no lote rural n. 41, da Gleba 22- FB, seguindo por linha seca acompanhando a cordilheira até encontrar a estrada que liga a cabeceira do rio Lontra com o Km. 32, subindo pela estrada que vai ao Km 30 até o Km 29, seguindo pela estrada até a ponte do rio Serrinho, próximo à sua nascente, descendo pelo Rio Serrinho que faz divisa com o município de Francisco Beltrão, até encontrar a foz do rio Cotegipe, pelo qual desce até a extremidade final do lote n. 3, da Gleba 46-FB, por linha reta que faz divisa com o lote n. 1, da Gleba 46-FB, subindo pela cordilheira até encontrar a estrada, seguindo pela mesma até encontrar a ponto do rio Varanda, descendo por esse rio Varanda até a sua foz com o rio Lontra, subindo pelo rio Lontra até encontrar a foz do Arroio Água Fria, subindo por este Arroio até a sua nascente, depois por uma linha seca atravessando a cordilheira até encontrar a nascente do arroio Carneiro, descendo por este até a sua foz com o arroio Quebra Dente e descendo pelo arroio Quebra Dente até a sua foz, com o rio Mambuca, por este descendo até a sua foz no rio Jaracatiá".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 028/90
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área, adiante descrita, no município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Farol.

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Riozinho, no Rio Goioerê; sobe pelo Rio Goioerê; até a Foz do Rio Farol; sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39-A; por esta divisa até a cabeceira do Rio Granada, seguindo por este, pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente do Arroio Izidoro; desce por este até sua foz no Arroio Paraguai; desce por este até sua foz no Rio Riozinho; desce pelo Rio Riozinho até sua Foz no Rio Goioerê; ponto inicial".

PERÍMETRO URBANO

"Começa no entroncamento da Rua Rio

Grande do Sul com a Rua Ceará, segue pela Rua Ceará até a Rua Pernambuco, segue por esta até a Rua Paraíba, por esta até a Rua Goiás, por esta até a Rua Sergipe, por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a Rua Ceará, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 207/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "Ad Referendum" do resultado do plebiscito o Município de Vila Branca, com território desmembrado do município de Cerro Azul com sede na localidade de Varzeão e com as seguintes divisas e confrontações:

Art. 2º - Começa no Rio Itapirapuã na divisa com o Estado de São Paulo, seguindo pelo Rio Itapirapuã até encontrar o Rio Ribeira na divisa distrital entre Cerro Azul e o Distrito de Varzeão, segue pelo Rio Ribeira até encontrar o Rio Turvo, seguindo pelo Rio Turvo até a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Castro, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Piraí do Sul, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Jaguariaíva, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Sangés, seguindo por esta divisa até o ponto de partida o Rio Itapirapuã.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Município cuja criação é proposta, situa-se na região Nordeste do Paraná, entre o Vale da Ribeira e o segundo planalto, nas vizinhanças da divisa com o Estado de São Paulo.

A topografia acidentada da área favoreceu o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, estendendo-se pela localidade as explorações agrícolas em sítios de cultivo de laranjas, bananas, criação de gado e similares. Outras atividades são a exploração de florestas de bracinga, reflorestamento com "pinus" e jazidas minerais.

Inclusive a região conta com um sítio excepcional de águas minerais, com fontes da mais cristalina emanação líquida, à espera de adequado aproveitamento.

Tudo num cenário de rara beleza, fazendo pressupor prosperidade continuada para o novo Município, tão logo emancipado graças ao trabalho de uma população que se conta em mais de 10 mil habitantes.

Vale dizer que a separação conta com o conhecimento dos poderes municipais de Cerro Azul, de que se desmembra, desejosos de ver a comunidade do atual Distrito bem atendida através da auto-gestão.

PROJETO DE LEI Nº 208/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei nº 7.208/79, de 15.10.79, "caput" e seus parágrafos, passam a vigorar com redação seguinte:

"Art. 1º - Os atuais professores suplementaristas e os Especialistas de Educação concursados e treinados pelo PREMEN, relacionados na Resolução nº 0410/83, de 05.05.83, que ingressaram no Quadro de Magistério por força do Edital nº 01/75, de 08.10.75, regidos pela Lei nº 6.508, de 13.12.73 e pelo Decreto nº 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, que contém, na data desta Lei, pelo menos 2 (dois) anos de exercício nessa categoria, ou estivessem em exercício na data da Resolução nº 0410/83, ministrando aulas ou exercendo Cargo de Especialistas de Educação, nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado, nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 1.495, de 16.01.76, e que não sejam ocupantes de cargo público a qualquer título, passam a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

§ 1º - Ao ocupante de cargo público estadual que preencher os requisitos deste artigo, ou que se achar há pelo menos 2 (dois) anos, ministrando aulas ou exercendo cargo de especialista de educação à data da Resolução nº 0410/83, de acordo com o que dispõe o § 1º, do artigo 2º do Decreto nº 1.495 de 16 de janeiro de 1976, se professor, é facultado optar pelo enquadramento no cargo de professor ou Especialista de Educação, prevista nesta Lei, desde que manifeste dentro de 60 (sessenta) dias, seu pedido de enquadramento e de exoneração do cargo que ocupa.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto neste artigo, desde artigo continuarão recebendo, se especialistas de educação o que percebem atualmente e por 20 (vinte) horas semanais, se professor de acordo com o número de aulas semanais atualmente designadas, de modo que não haja acréscimo imediato de despesa para o Tesouro do Estado, nem redução de rendimento mensal desses servidores, até que seja possível, por ato do Senhor Secretário da Educação,

adaptar a carga horária prevista para o nível de vencimento no qual o professor ou Especialista de Educação constantes da Resolução n° 0410/83 e Estável na forma do artigo 19 Das Disposições Constitucionais Transitórias, tivessem sido enquadrados.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a - mediante Decreto - transformar nessas funções de que trata o artigo 1° em igual número de Cargos, extintos ao vagarem, baixando Decreto estabelecendo correspondência dessas funções.

Parágrafo Único - Fica assegurado aos Especialistas de Educação enquadrados na forma da Lei n° 7.208/79, e estáveis, com fulcro no artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna de 1988, uma jornada semanal de 20 (vinte) horas de trabalho, assegurando aos que tiverem a jornada de trabalho, os vencimentos reduzidos o direito de perceberem horas extraordinárias.

Art. 3° - A regulamentação e a realização do processo celetivo interno de que trata a Lei n° 7.208/79, deverá ocorrer no prazo de 180 dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(aa) FERRARI JÚNIOR

JOSÉ ALVES

EZEQUIAS LOSSO

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

LINDOLFO JÚNIOR

NEREU CARLOS MASSIGNAN

DAVID CHERIEGATE

ALGACI TÚLIO

RUBENS BUENO

HERMAS BRANDÃO

VALDERI MENDES VILELA

BASÍLIO ZANUSSO

ANTÔNIO COSTENARO

ACIR MEZZADRI

JOÃO ARRUDA

NAMIR PIACENTINI

ANTÔNIO ANNIBELLI

TADEU LÚCIO MACHADO

DUÍLIO GENARI

LUIZ ANTONIO SETTI

PAULO FURIATTI

RAUL LOPES

PEDRO TONELLI

ANTONIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados que este subscrevem, propõem um Projeto de Lei Complementar, alterando dispositivos da Lei n° 7.208/79, com a finalidade de justificar os Especialistas da Educação que também fazem parte do Pessoal de Magistério nos termos do artigo 2°, I da Lei Complementar n° 7/76:

Art. 2° - Para efeito desta Lei, en-

tende-se:

I - por pessoal de Magistério, o conjunto de professores e Especialistas de Educação que, nos complexos ou unidades escolares e demais órgãos, ministra, assessora, planeja, dirige, supervisiona, inspeciona, coordena, acompanha, avalia e ou orienta a educação sistemática.....

O Artigo 1° da citada Lei deixou de fora do enquadramento o Especialista de Educação, que no entender do Procurador aposentado do Estado, doutor Pedro Ivo Lafit da Rocha, que em examinando os Autos n° 13.227, da SEED em que são interessados Antônia Brinholi e outros Especialistas de Educação:

"Indubitável é que, mesmo não tendo ministrado aulas suplementares, ainda assim a referida Lei Estadual lhes garante a integração no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na forma do anexo que constitui parte integrante da mesma Lei.

Todavia, a situação funcional dos requerentes está expressamente regulamentada no artigo 4°.

Embora não ministrem aulas suplementares, satisfazem os pressupostos necessários ao enquadramento nas classes a que se refere a Tabela do Artigo 4° da citada Lei.

Nestas condições entendemos que o pedido merece deferimento para que os requerentes sejam enquadrados na forma do que dispõe a Lei n° 7.208/79, invocada como fundamento do pedido".

Através do Decreto n° 1856/80, o Estado transformou 6.000 funções de Pessoal Suplementar, em igual número de Cargos da parte suplementar do Quadro Único do Poder Executivo (Lei n° 6.508/73). E foi nestas circunstâncias que os Especialistas de Educação Lotados e em exercícios nas Escolas Polivalentes e Unidades Pólos eram detentores de um Cargo de Magistério devendo nestas situações serem enquadrados, daí Marginalização: Ficaram à Margem do Édito. Acontece que na ocasião deveria o Estado, para não cometer injustiça, alinhá-los à esteira de Lei n° 7.208/79 isto porque à época possuíam idênticos direitos dos que nenhum cargo possuíam. E, para que a administração repare o fundamental Erro Jurídico, e porque não dizer: sem abalizamento justo, é que o Poder Legislativo por esse Projeto de Lei Complementar pretende devolver ao Especialista de Educação o direito de ser enquadrado de conformidade com este Anteprojeto e na esteira da Lei n° 7.208/79.

Sabemos que estes profissionais percorreram um longo itinerário até que este Poder tomando conhecimento e em busca de

uma justiça, abriu-lhes as portas para corrigir o erro através de Lei Complementar.

Nos honra sobremaneira Senhores Deputados em atender a justa reivindicação.

Assim estaremos, se aprovado este Anteprojeto de Lei fazendo justiça aos mestres Especialistas de Educação que têm, entre outras, ombreado num sistema tripartite, o pesado fardo e honroso tributo da educação, aliás, meta prioritária dos membros desta Assembléia Legislativa.

Finalmente, considerando que a educação é obra de amor, zelar para que o educador por excelência: O Cristo esteja presente no dia-a-dia do Professor e Especialista de Educação, é meta de justiça, razão pela qual entendemos estar, com este Anteprojeto saneando a injustiça feita a Especialistas de Educação, que ainda militam nas escolas Polivalentes e Unidades Pólos que ficaram privados daquele direito.

Este é pois, o espírito do Anteprojeto de Lei que ora apresentamos embora, atinja um exíguo número de servidores (menos de 03 - três dezenas), merecerá o apoio da totalidade dos Deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 209/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O atendimento integral à saúde da mulher será prestado pela rede pública e conveniada de saúde do Estado do Paraná, contemplando todas as fases da vida da mulher, quais sejam, a adolescência, a fase adulta e a terceira idade.

Art. 2° - Entende-se por atendimento integral ações visando:

- I - a assistência ao pré natal e assistência ao parto e ao puerpério;
- II - a assistência clínico-ginecológica;
- III - o planejamento familiar;
- IV - a atenção à sexualidade.

§ 1° - Integram a assistência clínico-ginecológicas a atenção e os serviços visando:

- a) as afecções ginecológicas mais comuns;
- b) doenças sexualmente transmissíveis;
- c) prevenção do câncer ginecológico (útero e mama)
- d) o planejamento familiar livre e consciente, compreendido como anticoncepção, infertilidade e esterilidade.
- e) o atendimento às queixas de ordem sexual, mediante prévio preparo técnico dos profissionais de saúde;
- f) ações educativas junto às comuni-

dades,

§ 2° - A prevenção do câncer ginecológico consistirá de ações educativas, preventivas e o encaminhamento para os serviços de maior complexidade;

I - Entre as ações preventivas, incluem-se os exames laboratoriais e radiológicos gratuitos.

Art. 3° - O planejamento familiar, fundado na decisão livre e consciente do casal, será ofertado de forma a garantir:

- a) a avaliação e o acompanhamento clínico da mulher e do casal;
- b) ações educativas que propiciem a escolha consciente do método;
- c) a garantia do acesso gratuito a todos os métodos.

Art. 4° - Comissão Interinstitucional de Saúde a ser designada pelo Secretário da Saúde, composta pelas instituições prestadoras de serviços de saúde pública, do Conselho Estadual da Condição Feminina e movimentos autônomos de mulheres, acompanharão a aplicação das atividades básicas da assistência integral à saúde da mulher.

Art. 5° - A presente lei entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(aa) IRONDI PUGLIESI
HAROLDO FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual do Paraná, reconheceu, no seu artigo 170, a especificidade de saúde feminina, relacionada à sua função reprodutiva que lhe impõe, em cada fase da vida, características próprias.

Os índices de mortalidade materna no Brasil ainda são elevadíssimos.

Particularmente no Paraná, apesar de ser considerado um dos Estados mais desenvolvidos do País, estes índices são assustadores, ligados diretamente a dois fatores básicos: de um lado o empobrecimento crescente da população, e de outro, a ausência de uma política clara voltada ao atendimento integral da saúde da mulher.

O Plano de Assistência à Saúde da Mulher foi criado em 1982. Atendeu, de certa forma, aos anseios da mulher no sentido de contemplar a sua saúde, sujeita às transformações da adolescência, da fase adulta (reprodutiva) e da terceira idade. No entanto, o PAISM tem permanecido no papel.

A presente proposição visa tirar o Paism do papel, torná-lo algo vivo e presente na vida das mulheres do nosso Estado, ofertado em cada posto de saúde pública, hospital ou clínica conveniada.

Que seja visto como um conjunto de práticas cotidianas que vejam a mulher co-

mo um todo e não apenas como um aparelho reprodutor.

No tocante à reprodução, o presente projeto institui a forma de oferecimento do planejamento familiar à mulher e ao casal em nosso Estado, como uma das ações de saúde.

Elaborado num amplo forum de movimentos de mulheres, o presente projeto traduz a bandeira da assistência integral à saúde da mulher, visando a redução dos índices da mortalidade materna fruto da ausência do pré-natal, da prevenção do câncer ginecológico, no planejamento familiar (que leva ao aborto) e da informação sobre a sexualidade humana.

PROJETO DE LEI N° 210/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica, "ad referendum" de resultado de plebiscito, o Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrado dos municípios de Enéas Marques e de Salto do Lontra, compondo-lhe a extensão territorial a área total do distrito de Nova Esperança do Sudoeste e parte do distrito de Gavião, respectivamente, com os seguintes limites: "Inicia-se na foz do rio Mambuca com o Rio Jaracatiá, sobe pelo Rio Jaracatiá até a foz do arroio Gamela, subindo por esse até a sua nascente, situada no lote rural n° 41, da Gleba 22-FB, seguindo por linha seca acompanhando a cordilheira, até encontrar a estrada que liga a cabeceira do rio Lontra com o Km 32, subindo pela estrada que vai ao Km. 30 até o Km. 29, seguindo por essa estrada até a ponte do rio Serrinho próximo a sua nascente, descendo por ele, na divisa com o município de Francisco Beltrão, até encontrar o rio Cotegipe, pelo qual desce até a extremidade final no lote n° 3, da Gleba 46-FB, por linha reta que faz divisa com o lote n° 1, da Gleba 46-FB, subindo pela cordilheira até encontrar a estrada, seguindo pela mesma até encontrar a ponte do rio Varanda, descendo por esse rio Varanda até a sua foz com o rio Lontra, subindo por esse rio Lontra até encontrar a foz do arroio Água Fria, subindo por este arroio até a sua nascente, depois por linha seca atravessando a cordilheira até encontrar a nascente do arroio Carneiro, descendo por este até a sua foz com o arroio Quebra Dente e descendo pelo arroio Quebra Dente até a sua foz, com o rio Mambuca, por este descendo até a sua foz, no rio Jaracatiá.

Parágrafo Único - O perímetro urbano da sede do atual distrito de Nova Esperança do Sudoeste e futura sede do Município que terá denominação idêntica, está assim descrito:

"inicia-se no rio Lontra, na foz do rio Alegre, pelo qual sobe até a rodovia PR-471, por esta seguindo até o limite da avenida Iguazu no encontro com a rua "C", subindo, por essa rua "C", até o prolongamento da avenida Pio XII de cujo prolongamento segue a até a Gleba 24-FB - passando pela quadra n° 25, pelas chácaras n°s 6 e 5, pelo encontro d. rua Jucelino Kubitschek com avenida Teodoro Locks e pelas quadras 38, 39, 40 e 41 - seguindo pelas confrontações dessa Gleba 24-FG com as quadras 41, 33, 32, 10 e 9 e pela chacara n° 4, até o rio Lontra, por cujo leito sobe até a foz do rio Alegre, ponto inicial".

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOAO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A extensa área que se pretende transformar em município, atendendo a pedido devidamente formalizado pela população da área interessada, firmou seu reconhecimento potencial em grande produção agrícola e pecuária que tem caracterizado a sua atividade desde a chegada dos primeiros moradores.

Suas lideranças naturais têm projetado esses resultados para a decisiva participação da comunidade na economia geral dos municípios de origem encontrando, repetidamente, os mesmos e animadores resultados que apontam para a viabilidade da desejada emancipação política e administrativa do distrito de Nova Esperança do Sudoeste.

Dessa constatação originou-se o pedido encaminhado a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que procuramos ordenar através do presente projeto de lei que ora submetemos à elevada apreciação deste Ilustre Plenário, esperando que a matéria mereça a aprovação unânime dos prezados Pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 211/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" de resultado de plebiscito, o município de Pinhal do São Bento, com território desmembrado do município de Santo Antônio do Sudoeste, tendo como sede a localidade de Vila de Pinhal do São Bento e tendo como limites e confrontações as seguintes divisas:

Com o município de Ampére: Começa no rio Capanema, na foz do rio XV de Novembro, sobe por este até a sua nascente, ponto de divisas com o município de Salgado Filho;

Com o município de Salgado Filho: Co-

meça no ponto acima descrito, nas nascentes do rio XV de Novembro, seguindo deste ponto pela linha de divisas das Glebas 3-BA, 8-BA, 9-BA com as Glebas 201-SA e 204-SA do Imóvel Missões com o Imóvel Santo Antônio (GETSOP) atingindo a nascente do arroio Primeiro de Abril e descendo por este até a sua foz, no rio Tamanduá pelo qual desce até sua foz no rio Capanema;

Com o município de Santo Antônio do Sudoeste: Começa no ponto acima descrito, na foz do rio Tamanduá no rio Capanema e segue pelo referido rio Capanema até a foz do rio XV de Novembro, divisa com o município de Ampére, ponto de partida.

Art. 2º - O perímetro urbano da localidade de Vila Pinhal do São Bento, sede do futuro Município tem a seguinte descrição:

"Encontro do Canto Oeste da Quadra nº 2 com o rio Pinhalito; rio Pinhalito até a rua Independência; rua Independência até o Canto da Quadra nº 15; daí contorna as Quadras 15 e 16 até a avenida São Roque; avenida São Roque até a rua Sete de Setembro; da rua Sete de Setembro até o Canto da Quadra nº 11; daí segue por linha seca pelos fundos das Quadras nºs 11, 10, 3 e 2 até o rio Pinhalito no Canto Oeste da Quadra nº 2."

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) JOAO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A participação do distrito de Pinhal de São Bento na economia do município de Santo Antônio do Sudoeste justifica o anseio da sua população, há muito reclamando a emancipação política e administrativa.

Respeitadas todas as exigências da Constituição Federal, da Constituição Estadual e lei complementar pertinente, a localidade aspirante tem firmado o seu potencial, justificando a aspiração do seu povo consubstanciada pelo pedido dirigido a esta Assembléia Legislativa, firmado por eleitores ali residentes, aos quais honrosamente representamos rogando a inestimável parceria dos nobres Membros desta Assembléia Legislativa do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 212/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade publica a "Associação das Federações Desportivas Amadoras do Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

JUSTIFICATIVA:

A "Associação das Federações Desportivas Amadoras do Paraná", a FEDAP, que pretendemos declarar de utilidade pública é constituída por federações dirigentes do desporto amador no Estado do Paraná e tem por finalidade congregar os responsáveis pelo desporto amador deste Estado, objetivando todos os esforços para melhorar as condições do esporte amador.

Instituição sem fins lucrativos, acredita no esporte, não apenas para honrar o ideal olímpico "mens sana in corpore sano", mas também como poderoso instrumento capaz de contribuir para a felicidade do menor, colaborar para diminuir a violência e a marginalidade.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nossos Pares, solicitando sua aprovação, para que mereça o reconhecimento público.

PROJETO DE LEI Nº 213/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, o "Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná", com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O "Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná", constituído para fins de representação sindical, manutenção das instituições democráticas brasileiras, é uma entidade jurídica de direito privado, para defender e representar legalmente os servidores, peritos policiais, químicos legais, toxicologistas e médicos legistas, todos peritos oficiais com base territorial em todo o Estado do Paraná.

A entidade de que dispõe esta Lei, tem por finalidade essencial a melhoria das condições de vida e de trabalho de seus representantes; a defesa de seus associados; a defesa de independência; da liberdade, da autonomia sindical e a promoção dos interesses sócio-econômicos e profissionais de seus associados.

Considerando-se o exposto, temos certeza de que nossos nobres Pares nesta Casa, somarão conosco nesta iniciativa oportuna e justa.

PROJETO DE LEI Nº 214/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado "AD-REFERENDUM"

do resultado do plebiscito, o município de TAMARANA, com território desmembrado do município de Londrina e com sede na localidade do mesmo nome e com limites e confrontações do distrito administrativo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, o distrito administrativo de TAMARANA, vem apresentando significativo aumento populacional quer na área urbana como na área rural.

Com várias firmas instaladas, centro urbano populoso e produção agrícola, o distrito administrativo de TAMARANA está em condições para ser elevado à categoria de Município.

Os dados referentes à criação do Município da TAMARANA serão posteriormente encaminhados e preencherão as exigências legais na concretização dos anseios dos moradores do distrito administrativo de TAMARANA que aguardam, como nós, que os nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis, concedam o necessário apoio à proposta objeto do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 215/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O uso de veículos oficiais é privativo do Governador, Vice-Governador, do Presidente da Assembléia Legislativa e do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - Os veículos oficiais serão identificados por placa oficial indicando o Poder a que pertencem.

Art. 3º - Os veículos oficiais serão utilizados exclusivamente em serviço e quando necessário para Representação.

Art. 4º - Os veículos que ficarem em disponibilidade serão leiloados no prazo de 60 (sessenta) dias da data da vigência da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa regulamentar o art. 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

Artigo que passou a fazer parte de nossa Constituição através de emenda de nossa autoria, que obteve a seguinte redação: "art. 45 do ADCT - O uso de veículos oficiais será regulamentado em lei, no prazo de cento e oitenta dias da promulga-

ção desta Constituição."

PROJETO DE LEI Nº 216/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento das taxas de confecção de Cédula de Identidade, junto ao Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, os maiores de sessenta e cinco anos, domiciliados em território paranaense.

Parágrafo Único - O benefício a que se refere o "caput" deste artigo não é extensivo aos estrangeiros naturalizados, cuja identificação é regulamentada por Lei própria.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A fim de dar cumprimento ao Decreto nº 98.963, de 16.02.90, que dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 98.250, de 27.12.83, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29.08.83 (A carteira de identidade conterá campos destinados ao registro dos números de inscrição do titular no Programa de Integração Social PIS ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, bem como assim, a expressão "MAIOR DE 65 ANOS" logo acima do local destinado à assinatura do titular, quando for o caso) solicitou o Instituto de Identificação do Estado do Paraná, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aos chefes de Postos de Identificação, a verificação da idade do requerente e, quando o mesmo possuir mais de 65 anos, a colocação na parte superior do requerimento, em LETRA VERMELHA, da expressão MAIOR DE 65 ANOS.

Esta determinação do Instituto de Identificação tem a finalidade de implementar a legislação recente sobre o tema, principalmente o dispositivo constitucional que assegurou a gratuidade no sistema de transportes coletivos urbanos e metropolitanos aos maiores de sessenta e cinco anos.

Qual o impacto, então, dessa determinação, junto à população?

O que deveria ser um benefício, passa a ser um castigo. Eis que, para o gozo do benefício da gratuidade nos transportes, os maiores de 65 anos terão de providenciar nova identidade, conforme os critérios que os municípios passam a adotar para regulamentar o benefício, como a Prefeitura da Capital que, desde o dia 07 próximo passado, coloca na prática, no seu sistema de transporte coletivo, a conquis-

ta aos idosos.

A confecção dessa nova Cédula importa em várias despesas aos requerentes, como fotografias e recolhimento em Guia própria, junto ao Banco do Estado. Como a taxa é de Cr\$ 473,99 (quatrocentos e setenta e três cruzeiros e noventa e nove centavos), somando-se o valor para confecção das fotografias, chegaremos a um total mínimo, hoje de Cr\$ 673,99 (seiscentos e setenta e três cruzeiros e noventa e nove centavos). Esse valor, na verdade, afasta os idosos do benefício, pois não podemos deixar de ter em vista, os valores das pensões e aposentadorias que, geralmente, percebem.

Como pode um pensionista, ganhando salário-mínimo ou, menos até, pagar quase setecentos cruzeiros para confecção da nova identidade?

É como se, de repente, houvesse o benefício garantido por uma lei, e uma segunda norma, retirando-o, ou, pelo menos, o elitizando.

Nas cidades de menor porte, onde a utilização dos transportes coletivos é em menor escala, a colocação em prática do dispositivo é mais simples, uma vez que os cobradores, com mais tempo, podem verificar junto à Identidade antiga, a idade do usuário. Preocupa-nos, entretanto, essa regulamentação nas grandes cidades do Estado, onde esse procedimento pode acarretar grandes problemas, gerando maior morosidade no serviço.

Voltando ao exemplo de Curitiba, a implementação da Lei ocorre mediante a apresentação, em caráter perene, de uma identificação expedida pela empresa de ônibus, até que todos possuam a nova identidade.

Hoje, já é grande a movimentação nos Postos de Identificação visando a confecção dessa nova cédula. É quando os idosos estão se sentindo muito mais punidos do que beneficiados. Primeiro, pela complexidade do serviço; segundo, pelo alto valor da taxa de identificação.

Diante dessa realidade e buscando fazer com que o objetivo latente da lei que originou o benefício seja atingido, submetemos ao Plenário o presente projeto, a fim de que asseguremos na plenitude, esse direito de nossos idosos.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 217/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o município de RIO BRANCO DO IVAÍ, com território desmembrado do município de Grandes Rios, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas e confrontações:

"Começa no Rio Ivaí na Balsa denomina-

da Porto Espanhol, deste ponto por uma linha seca rumo nordeste até a estrada próxima às nascentes do Ribeirão da Limeira, seguindo pela referida estrada rumo Sudeste, até a nascente da Água do Gomes, por este abaixo, até sua foz no córrego Piracanjuba e deste abaixo até o Ribeirão Cantanduvras, pelo qual desce até o Rio Branco onde segue por este acima até a foz do Córrego Gamelão, onde segue por este acima até a sua nascente, daí, por uma linha seca, alcança a nascente do Rio do Tigre, pelo qual desce até sua foz no Rio Ivaí, e por este abaixo, até a balsa denominada Porto Espanhol, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de RIO BRANCO DO IVAÍ está situada no Vale do Ivaí, região que vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais marcantes nesses últimos anos, razão pela qual a sua laboriosa população venha a aspirar a elevação de RIO BRANCO DO IVAÍ à categoria de Município.

Região de intensa produção agrícola, com amplas possibilidades de encetar programas de natureza agroindustrial, dotada de população dinâmica com capacidade de decidir sobre seus destinos.

A emancipação política de áreas como a de RIO BRANCO DO IVAÍ constitui ato que por certo irá acelerar seu desenvolvimento em todos os setores de atividades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A data de hoje para nós é uma data bastante significativa porque nesta Casa temos a oportunidade de acolher lideranças de diferentes localidades do interior do Paraná, mais especificamente da Região Centro Norte Paranaense, que aqui comparecem, mais uma vez, para acompanharem a votação de projetos de lei de autoria nossa e do Deputado José Domingos Scarpellini que versa sobre a criação dos municípios de Pirapó, Mauá da Serra, Lidianópolis e Imbaú.

E é importante para nós a presença de lideranças daquelas comunidades, porque os Senhores parlamentares se recordam que na semana passada, dada a impossibilidade de acontecer a sessão plenária pela falta de quórum, não nos foi possível votar os projetos de lei que se encontravam na Ordem do Dia. Mas, hoje retornam essas Lideran-

ças e, temos certeza, que com o número de Parlamentares já presentes na sessão plenária, número esse superior ao mínimo necessário para que se instale uma sessão e suficiente para que realizemos aqui qualquer tipo de votação, nós teremos, sem sombra de dúvida, não somente a continuidade da sessão plenária mas teremos oportunidade de realizar as votações dos projetos de lei que cria o município de Pirapó desmembrado de Apucarana, o município de Mauá da Serra desmembrado de Marilândia do Sul, o município de Lidianópolis desmembrado de Jardim Alegre e que cria o município de Imabu desmembrado de Telêmaco Borba e Reserva.

Queremos, antecipadamente, agradecer aos Senhores Parlamentares que hoje comparecem à sessão plenária e agradecer também - por que não dizer - o voto que cada um deles dará e que permitirá, desta forma, que os nossos projetos possam ser aprovados e futuramente sancionados por Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, se transformem em leis e possamos, a partir daí, buscar junto ao Tribunal Regional Eleitoral a marcação do plebiscito, quando então poderá a população de cada um desses distritos, se manifestar favoravelmente à criação dos municípios e desta forma termos eleições ainda no dia 3 de outubro de 1990.

Gostaríamos igualmente de registrar e agradecer a presença de lideranças políticas e comunitárias do distrito de Tamarana, município de Londrina, que também comparecem a este plenário para pedir apoio aos Senhores Parlamentares do Projeto de Lei que tramita nesta Casa e que também pede a criação do município de Tamarana, desvinculando, portanto, do Município-Mãe que é Londrina.

Portanto, Senhores Deputados, esta Assembleia, no dia de hoje, se reveste de grande importância, porque além da presença dos Senhores Parlamentares legítimos representantes da população paranaense que são, também podem contar em suas galerias, com a presença de um grande número de lideranças políticas e comunitárias de importantes distritos do Paraná que buscam, a exemplo dos municípios hoje existentes, a sua emancipação política, para que possam, pelas suas próprias forças e pelas suas condições, trilhar o caminho da independência e do progresso.

Agradecemos a presença de vocês, meus amigos e companheiros da Região Central Norte do Estado do Paraná, e queremos crer que na data de hoje, nossas comunidades haverão de conquistar a independência tão desejada e tão sonhada e acima de tudo merecida.

Meus cumprimentos a todos vocês e os agradecimentos aos Deputados pela aprova-

ção, que, tenho certeza, darão às reivindicações de Pirapó, Mauá, Lidianópolis, Imbaú e Tamarana que aqui se encontram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero neste momento dar entrada nesta Casa do Projeto de Lei que vai precisar, antes e acima de tudo, da sensibilidade dos Senhores Parlamentares, independente de cor partidária, porque é uma categoria, é um segmento da sociedade que vem enfrentando problemas seriíssimos, principalmente depois de um decreto baixado pelo governo federal que criou o "vale do idoso" àqueles acima de 65 anos de idade. De repente um benefício acaba trazendo complicações para esse segmento da sociedade que se vê forçado, em função desta lei, a enfrentar as filas do Instituto de Identificação, a tirar fotografias com gravata e paletó e pagar uma taxa absurda que está sendo cobrada pelo Governo do Estado do Paraná.

Este meu Projeto de Lei precisa e carece de urgência e esta Casa precisa se transformar em Comissão Especial, para que ele corra rapidamente, sob pena de vermos o sofrimento dos idosos enfrentando novas filas; ainda mais agora que começa a mudar a temperatura em consequência da chegada do inverno. Tal projeto isenta de pagamento da taxa de confecção de cédula de identidade aos maiores de 65 anos.

Tem que ser explicado o que está acontecendo. É para dar cumprimento ao Decreto n. 98 963, de 16 de fevereiro de 1990, que dá nova redação ao artigo 2º, do decreto n. 98 250, de 27 de dezembro de 1983, que regulamenta a Lei n. 7.116, de 29 de agosto de 1983, a que diz respeito à carteira de identidade, que conterà campos destinados aos registros de números de inscrição do titular ao Programa de Integração Social - PIS, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. E outros assuntos aqui de somenos importância.

Mas, acontece que após esta lei que foi uma das poucas coisas boas que o Senhor José Sarney deixou para os aposentados permitindo que eles transitem em qualquer parte do nosso território, sem pagar passagem. Porém, em cada Estado, usou-se um método que se adapta a cada cidade, a cada Estado. Aqui em Curitiba a URBS criou a "Carteira Idoso", com um vale que ele apresenta e passa na roleta, sentando em qualquer parte. Dava esta possibilidade. Agora, inutilizando esse passe, inutilizando esta carteirinha, o idoso, o maior de 65 anos, vai ter que ir a um ponto de

identificação, fazer uma nova carteira de identidade, cuja taxa custava até no início do mês de abril, Cz\$ 151, agora passou para Cz\$ 473,00.

Ora, o idoso já ganha uma aposentadoria miserável, ainda vai ter que enfrentar uma fila, fazer uma carteira de identidade, tirar fotografias. Precisa levar duas fotografias, mas nenhum fotógrafo tira apenas duas, tira no mínimo meia dúzia. E esta meia dúzia custa, no mínimo, mais Cr\$ 200,00. Com mais Cz\$ 473,00, são Cz\$ 670,00 quase Cz\$ 700,00, a passagem que ele gasta, mais um lanche que ele faz para agüentar na fila do Instituto de Identificação, ele vai gastar por baixo Cz\$ 1.000,00 para fazer uma nova identidade.

Acho um absurdo uma pessoa acima de 65 anos de idade ter que fazer uma nova carteira de identidade: É realmente uma situação difícil para o idoso!

Para complementar, Senhor Presidente, peço a sensibilidade desta Casa. O projeto não é de minha autoria. Será de todos os Deputados desta Casa e vai beneficiar um segmento da sociedade que já passa por momentos difíceis. Agora vai ter que enfrentar novas filas, fazer uma carteira, para que seja carimbado "maior de 65 anos", para ele poder entrar pela porta da frente em qualquer ônibus do Paraná, em qualquer ônibus do Brasil. Até aí tudo bem. Mas, é um benefício que traz um ônus muito grande para o aposentado. E é neste ponto que peço a sensibilidade dos Senhores Parlamentares, para apoiarmos este projeto, porque não podemos fazer esta categoria sofrer mais do que já sofre. O aposentado que enfrenta a fila para receber a sua miserável aposentadoria, o aposentado que enfrenta a fila para conseguir o atendimento médico num órgão do INAMPS, e agora o aposentado que vai enfrentar a fila para fazer nova carteira de identidade. Então peço aos Senhores Parlamentares colaboração para a aprovação deste projeto que não será de minha autoria, será do Alborghetti, será do Namir, será de todos os Parlamentares, será do Paulino ... porque é um atendimento a uma categoria que não pode mais continuar sofrendo.

Este projeto que estou dando entrada hoje nesta Casa, pedindo regime de urgência e que a Assembléia seja transformada em Comissão Geral.

Espero que haja sensibilidade do Senhor Governador do Estado, porque não podemos mais invadir o bolso do aposentado. Fazer com que ele tire do seu bolso 473 cruzeiros para pagar uma nova identidade, mais 200 cruzeiros para tirar meia dúzia de fotografias, de paletó e gravata. É muita judiação para um segmento da sociedade que não pode estar mais sofrendo e que só pode merecer o nosso atendimento, a

nossa sensibilidade, em especial a do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou apresentando hoje um Projeto de lei que regulamenta o artigo 45, do Ato das disposições constitucionais transitórias do Estado do Paraná.

O artigo 45 determina que em seis meses a Assembléia regulamentará o uso dos veículos oficiais.

Este prazo transcorreu no dia 05 de abril. Entretanto, como não houve sessão no dia 05, transfere-se para hoje.

Estou, assim, cumprindo o compromisso Constitucional de regulamentar o uso de veículos oficiais.

Fui autor da emenda na Constituinte que determinou a regulamentação dos veículos oficiais.

Diz a Lei:

"Art. 1º - O uso de veículos oficiais é privativo do Governador, do vice-Governador, do Presidente da Assembléia do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - Os veículos oficiais serão identificados por placa oficial, indicando o Poder a que pertence.

Art. 3º - Os veículos oficiais serão utilizados exclusivamente em serviço e quando necessário para representação.

Art. 4º - Os veículos que ficarem em disponibilidade serão leiloados no prazo de 60 dias da data da vigência da presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário".

Com isto terá cada Poder: o Executivo, dois veículos: do Governador e do Vice-Governador; a Assembléia Legislativa, um veículo: do Presidente do Poder; o Poder Judiciário, um veículo; o do Presidente do Poder.

Como o Projeto restringe o uso dos veículos, os demais que ficarem em disponibilidade deverão ser leiloados no prazo de 60 dias. Esse Projeto prevê, de forma radical, reconheço, a regulamentação do uso do carro oficial. Medidas semelhantes já foram tomadas em Santa Catarina, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e nós aqui do Paraná, por força da Constituição, deveremos proceder da mesma maneira. Coerente com a apresentação do Projeto, comunico à Mesa que a Liderança do PSDB, momentaneamente exercida por mim, neste dia faz a entrega do veículo que dispõe para poder sustentar com coerência a tramitação do presente Projeto de Lei nesta Casa e nesta Assembléia.

Assim sendo, espero que haja compreensão dos Senhores Parlamentares, dos Chefes dos Poderes e principalmente, sei que a sociedade paranaense dará o estímulo e o apoio necessário para que essa regulamentação se transforme em lei o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros do Norte do Paraná, que nos honram com a sua visita.

Venho a esta tribuna, para fazer algumas observações a respeito de um artigo que na coluna da Débora Iankilevich, escreveu em seu jornal no sábado, sobre o nome "Dossier Comprometedor".

Essa jornalista, há uns quinze dias atrás, fez alguns comentários a respeito do Deputado Raul, no que diz respeito, que eu encabeçava uma lista de marajás, e que havia impetrado um mandado de segurança contra o Estado, e que pela política que o Governo Álvaro Dias vem desenvolvendo, era bastante desagradável de nossa parte ter tomado uma atitude dessa natureza.

Eu respondi ao jornal e aguardei uma oportunidade, e agora, em cima desta nova observação que essa jornalista faz, eu venho dizer a ela está, naturalmente, a serviço do Palácio Iguazu, na sua respectiva coluna, para dizer que nada em absoluto, este Deputado teme, deve, para que uma prestação de contas seja levada assim a público, no que diz respeito, uma série de denúncias quando estive à frente do comando da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Eu tive conhecimento na época, que o Governador, tão logo deixei o PMDB, mandou proceder uma devassa com as minhas prestações de contas. Não havia razão para o Governador fazer isso lá na Polícia Militar, bastaria tão somente, atravessar a rua, ir ao Tribunal de Contas, e ver, certificarse, sobre o que houve no comando da minha administração. Não encontrando nada, como é do conhecimento do povo do Paraná e desta Casa, existe entre eu e o Governador, alguns incidentes, algumas rugas e de quando em vez, trocamos algumas farpas, através dos jornais, desta tribuna e de algumas estações de rádio.

De sorte que, venho estabelecer aqui meu veemente protesto contra uma nota maldosa e desafiar o Governador e essa jornalista, que mostrem, exibam, o que realmente aqui, de uma forma desrespeitosa, essa cidadã, essa personagem colocou.

Quero aproveitar também a oportunidade para cumprimentar e parabenizar o pessoal

do Norte, em especial o pessoal de Pirapó, que eu conheço das longas viagens, das longas visitas onde estabeleci contatos com aquela comunidade. Também somo-me ao companheiro Pessuti, na apresentação do Projeto de Emancipação Política do Município de Pirapó, que hoje vamos administrá-lo pela terceira vez, e para tranquilidade de todos quero dizer que emprestei todo o apoio, toda a solidariedade, e que aqui nesta Casa, estaremos presentes para fortalecer todas as aspirações daquele Município. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das lideranças consulto à Liderança do PRN, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDC, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PL, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PSDB, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendia dar uma trégua, até como demonstração de boa vontade, à administração das questões da saúde do Governo Álvaro Dias, após a catastrófica e incompetente administração e gestão do ex-Secretário, Dr. Delcino Tavares da Silva.

Mas, inequivocamente nos parece que o Governador Álvaro Dias não está sendo feliz nas suas indicações para a pasta da saúde. Se não, vejamos; nós sabemos que o atual Secretário da Saúde, recém empossado, Dr. Manoel de Almeida Neto, é o atual superintendente da UNIMED-Paraná. E como médico, sei que o mesmo, antes de ser indicado Secretário, já estava em campanha pelo Estado do Paraná, com vista às elei-

ções da UNIMED, que foram realizadas no dia sete próximo passado, inclusive numa campanha da política da Cooperativa Médica nosso Estado, com o objetivo que tem a nossa simpatia de fortalecer a organização profissional, melhorar a relação médico-paciente, e o próprio atendimento à população.

Porém, o que nos causou estranheza foi o fato deste Parlamentar, ao se dirigir no dia cinco próximo passado, portanto, quarta-feira, a um restaurante da cidade de Francisco Beltrão, por volta do meio dia, deparar-se com o recém empossado Secretário da Saúde, Dr. Manoel de Almeida Neto, acompanhado de comitiva. E ficamos preocupado ao saber que o Secretário, empossado no dia anterior, desceu no aeroporto de Francisco Beltrão, do avião do Estado, acompanhado dos Doutores Marssola e Pauli Kisti, candidatos, respectivamente a Presidente e vice-Presidente da UNIMED-Paraná, que inclusive foram eleitos no dia sete próximo passado.

Preocupado, ainda, de que o Senhor Secretário recém empossado, que segundo informações não teria, objetivamente, parecido nem à Secretaria da Saúde, aqui na Capital, na Rua Engenheiro Rebouças, já esteja se deslocando para o interior do Estado, numa provável campanha eleitoral, de caráter corporativo, usando da estrutura da máquina administrativa. Além de poder de influência inerente ao cargo de Secretário do Estado, para influir no resultado da eleição da UNIMED.

É dentro deste espírito que como Parlamentar, requero pedido de informação a S.Exa. o Governador Álvaro Dias, para saber sobre a finalidade do itinerário, os acompanhantes, o objetivo da presença de cada acompanhante do avião do Estado, dos deslocamentos do recém empossado Secretário, nos dias cinco e seis próximos passados, que sabemos serem datas anteriores à eleição do dia sete.

Esperando que as informações venham a esta Casa e que sejam convincentes, é que entramos com este pedido de informação a S.Exa. o Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de resolução, em n° de 3 (três), de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Namir Piacentini e Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Geral, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Júnior, José Alves, Ezequias Losso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi e do Senhor Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

259/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o município de Lidianópolis, com território desmembrado do município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Comissão Geral
PROJETO DE LEI N° 259/85

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, visa criar o município de Lidianópolis, com território desmembrado do município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica.

Chamada a manifestar-se, esta Comissão Geral, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, pronuncia-se FAVORAVELMENTE com relação à medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

Em votação a Emenda Substitutiva Geral de Plenário.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Requeiro a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aliás, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 259/85, retornando à Ordem do Dia, dia 11 do corrente mês. - Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 2 (duas sessões), o Projeto de Lei n° 259/85.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o município de CAPEZAL, tendo como área os distritos de cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao município de Iporã e o distrito de Cedro, pertencentes ao município de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 177/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que cria o município de MAUÁ DA SERRA, com território desmembrado do município de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado.

TUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado o Substitutivo Geral. Projeto - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 150/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o município de Imbaú, desmembrado do município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Subemenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 150/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o município de Imbaú, com território desmembrado dos municípios de Telêmaco Borba e Reserva, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

Com o Município de Telêmaco Borba: começa no Rio Imbauzinho na ponte da PR 340; deste ponto segue pela referida estrada no sentido Sudeste até o cruzamento com a Rodovia do Papel; deste ponto continua pela Rodovia PR-340 no sentido Leste, até o cruzamento na ponte sobre o Rio Imbaú;

Com o Município de Tibagi: começa no ponto acima descrito na ponte da PR-340 sobre o Rio Imbaú, segue pelo referido Rio Imbaú, até a foz do Rio Mirim;

Com o Município de Reserva: começa no Rio Imbaú na foz do Rio Mirim, segue por este até a foz do Rio Jacutinga e daí até a sua nascente; deste ponto segue em linha seca no sentido Norte até a ponte da estrada José Lacerda no Rio Charqueada; deste ponto segue pela referida estrada até o seu cruzamento com a estrada Corrente na Serra do Monjolinho; deste ponto segue pela estrada Corrente na Serra do Monjolinho até o cruzamento com o Arroio Leonardos; deste ponto segue em linha seca até a ponte no Arroio Cachoeirão ou Anta Gorda;

Com o Município de Ortigueira: começa no ponto acima na ponte do Arroio Cachoeirão ou Anta Gorda; deste ponto segue pelo referido Rio até sua foz no Rio Imbauzinho; daí segue pelo Rio Imbauzinho até a ponte na PR 340, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Sala das Comissões, em 04.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Werner Wanderer, Algaci Túlio, João Arruda e Ferrari Júnior.

MEMORIAL DESCRITIVO (MINUTA)

Anteprojeto para emancipação do Distrito de Imbaú com Território a ser des-

membrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

- Com o Município de Telêmaco Borba: começa no Rio Imbauzinho na ponte da PR 340; deste ponto segue pela referida estrada no sentido sudeste até o cruzamento com a Rodovia do Papel; deste ponto continua pela Rodovia PR 340 no sentido leste, até o cruzamento na ponte sobre o Rio Imbaú;

- Com o Município de Tibagi: começa no ponto acima descrito na ponte da PR 340 sobre o Rio Imbaú, segue pelo referido Rio Imbaú, até a foz do Rio Mirim;

- Com o Município de Reserva: começa no Rio Imbaú na foz do Rio Mirim, segue por este até a foz do Rio Jacutinga e daí até a sua nascente; deste ponto segue em linha seca no sentido norte até a ponte da estrada José Lacerda no Rio Charqueada; deste ponto segue pela referida estrada até o seu cruzamento com a estrada Corrente na Serra do Monjolinho; deste ponto segue pela estrada Corrente na Serra do Monjolinho até o cruzamento com o Arroio Leonardos; deste ponto segue em linha seca até a ponte no Arroio Cachoeirão ou Anta Gorda;

- Com o Município de Ortigueira: começa no ponto acima na ponte do Arroio Cachoeirão ou Anta Gorda; deste ponto segue pelo referido Rio até sua foz no Rio Imbauzinho; daí segue pelo Rio Imbauzinho até a ponte na PR 340, ponto de partida.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n° 150/89.- Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela ordem) - Para encaminhar o Projeto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós entendemos que não é justa essa reivindicação que se faz da retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 150/89 que cria o município de Imbaú, haja vista que a sua criação está pautada em cima dos requisitos que a lei determina, além do quê, vem merecendo o apoio de todas as lideranças daquela comunidade. E não só da comunidade de Imbaú, a que integra o distrito administrativo de Imbaú, como também de parcela do território do município de Reserva que estamos, inclusive, incorporando ao Projeto n° 150/89 através de uma subemenda ao projeto anterior.

Por esta razão e, sabemos que a motivação deste requerimento parte do Deputado José Felinto, nós conclamamos aos Senhores Parlamentares que não dêem apoio a esse requerimento de retirada da Ordem do Dia e que votemos o Projeto que cria o município de Imbaú sem mais delongas e atendendo um

reclamo da população.

Nesse sentido apelo aos Senhores Deputados que votemos contra o requerimento de retirada do Projeto e a favor do Projeto que cria o município de Imbaú.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. Rejeitado.

Votação subemenda substitutiva. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Subemenda a qual Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o Projeto n° 150/89.
Votação projeto. Aprovado em 3ª discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Registre-se meu voto favorável à emancipação de Imbaú.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que cria o município de Vila Alta, desmembrado do município de Umuarama com as confrontações idênticas às do distrito judiciário de Vila Alta. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 391/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a "Fundação IBEMA" com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 50/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 199/89, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que cria o município de VENTANIA com território desmembrado do município de Tibagi. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Em anexo Projeto de Resolução n° 45/89). Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

08/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria o município de FAROL, desmembrado do município de Campo Mourão, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 008/90.

Art. 1° - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o município de FAROL, com território desmembrado do município de Campo Mourão, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Riozinho, no Rio Goioerê; sobe pelo Rio Goioerê até a Foz do Rio Farol; Sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39A; por esta divisa até a cabeceira do Rio Granada, seguindo por este, pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente do Arroio Izidoro; desce por este até a sua Foz no Arroio Paraguai; desce por este até a Foz do Rio Riozinho; desce pelo Rio Riozinho até sua Foz no Rio Goioerê, PONTO INICIAL."

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Município de FAROL:

"Começa no entroncamento da Rua Rio Grande do Sul com a Rua Ceará segue pela Rua Ceará até a Rua Pernambuco, segue por este até a Rua Paraíba, por esta até a Rua Bahia, por esta até a Rua Alagoas, por esta até a Rua Goiás, por esta até a Rua Sergipe, por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a Rua Ceará, PONTO INICIAL E FINAL."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Haroldo Rodrigues Ferreira,

Valderi Mendes Vilela,

João Arruda,

Nereu Carlos Massignan.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 88/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI e NILTON BARBOSA, que cria o município de ENCANTADO DO OESTE, desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria

do Senhor Deputado Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 88/90.

Art. 1° - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o município de ENCANTADO DO OESTE, com território desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Encantado no Rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo Rio Encantado até a foz do Rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das Colônias Pindorama e Peruíbe, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255, no ponto onde alcança o Rio Descoberto, sobe por este até a foz da Sanga das Cobras, sobe por esta linha até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa segue rumo Norte até encontrar o Córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no Rio do Peixe, desce por este até sua foz no Rio São Pedro, desce por este até encontrar a linha de divisa da Fazenda Britânia, segue por este até a linha de divisa até encontrar a nascente da Sanga Ariranha, desce por esta até sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Encantado, PONTO INICIAL E FINAL."

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Município de ENCANTADO DO OESTE.

"Tem como ponto inicial o Ramal Arapongas na divisa da chácara 330. Do ponto inicial segue pela divisa das chácaras 330 e 184, até o Ramal Arara, segue por este até a divisa das chácaras 356 e 108, segue por esta divisa e depois pela divisa das chácaras 355, 354, 353, 352, 351, 350, 349 e 348 até o Ramal Arapongas, segue por este até a divisa da chácara 330, PONTO INICIAL E FINAL."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

NILTON BARBOSA

Apoio: João Arruda,

Haroldo Rodrigues Ferreira,

Nilton Barbosa.

(1) ilegível

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 161/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria o Hospital Regional da Mulher de Londrina de acordo com o Art. 170 da Constituição Estadual do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, ar-

tigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 10/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de São Manoel, desmembrando-o do município de Indianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Senhor Presidente, peço para registrar o meu voto favorável a este Projeto de grande importância para o Noroeste do Estado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 19/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Carambei. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o município de VIRMOND, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 85 de 03.10.89).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 254/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 254/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, objetiva a criação do município de VIRMOND, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul.

Na análise do Projeto verificamos que o mesmo obedece às normas legais que regulam a matéria.

Assim sendo, por não haver qualquer impedimento legal ou constitucional, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 18/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura a todos os servidores da área de saúde a percepção de 35% (trinta e cinco por cento) do seu salário como insalubridade. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia de hoje, e enviado às Comissões Técnicas, para emissão do Parecer competente do Projeto de Lei n° 18/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei n° 18/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 19/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura o vale transporte e vale refeição ao servidor público, conforme especifica. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia de hoje, e enviado às Comissões Técnicas, para emissão do Parecer competente do Projeto de Lei n° 19/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei n° 19/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 89/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que denomina "Rodovia José de Oliveira Fabrício dos Santos", a estrada que liga o município de Juranda ao município de Goioerê. (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 089/90

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o presente Projeto de Lei denomina RODOVIA JOSÉ DE OLIVEIRA FABRÍCIO DOS SANTOS a estrada que liga o município de Juranda ao município de Goioerê.

O Projeto de Lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta augusta Casa de Leis.

Nestas condições é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Em votação o Parecer e o Projeto.- Aprovados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 120/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que concede remissão às operações com sal mineralizado, serviços de

transporte por fretamento e fornecimento de energia elétrica que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 14, de 14.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 14/90 de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação de Bragantina. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 29, de 28.03.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 20/90 de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera dispositivos da Resolução n° 62/80 conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 20/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

Art. 1° - O Art. 2° e seus parágrafos da Resolução n° 62 de 04 de dezembro de 1980, passam a vigorar, a partir de 1° de janeiro de 1990, com a seguinte redação:

Art. 2° - Os gabinetes de representação terão direito a créditos no elemento: 3.1.3.0 - Serviço de Terceiros e Encargos, sub-elemento. 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos;

§ 1° - Os montantes destinados anualmente a cada gabinete serão definidos mediante Decreto Legislativo;

§ 2° - Os créditos destinados aos Gabinetes de Representação de Lideranças dos Partidos Políticos, serão feitos proporcionalmente ao número de cada Deputado de cada bancada;

§ 3° - A Comissão Executiva alocará, subdividindo os recursos, nos itens do elemento constante do "caput" deste artigo;

§ 4° - Aos titulares dos Gabinetes de Representação caberão cotas proporcionais ao tempo de exercício do mandato."

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, demais presentes.

Esta é a nossa primeira sessão desta semana, considerada pela maioria a "Semana Santa".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos iniciando a apreciação de um Projeto de Resolução de n° 20/90, que altera o Projeto de Resolução n° 62/80.

Esse Projeto de Resolução objetiva conforme teor deste Projeto, alterar o me-

canismo de distribuição da verba de representação para as lideranças partidárias deste Parlamento, bem como as verbas de representação aos integrantes da Mesa Executiva deste Poder.

O que nós questionamos, o que nós queremos questionar aqui, é exatamente a alteração proposta. O artigo 2° dessa Resolução n° 62/80, ele determina limites máximos para a fixação dos valores da verba de representação, para os líderes e para os gabinetes da Mesa Executiva.

Diz assim: (Lê artigo 2°). Esse era o limite máximo que se poderia conceder de verba de representação para as lideranças, tanto de Governo e de bancada, bem como as integrantes da Mesa Executiva. O limite máximo, na verdade é uma forma de evitar que por qualquer motivo a Mesa Executiva venha a fixar para cima os referidos valores, usando para isso os critérios da proporcionalidade, do tamanho das bancadas, como foi adotado até aqui e também no tempo do exercício no mandato dos respectivos titulares, conforme foi praticado até aqui.

Além disso, é uma forma para que os princípios da moralidade e da legalidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 27 da nossa Constituição Estadual, para que eles não sejam desrespeitados.

O projeto ora apresentado, o n° 20/90, ele simplesmente suprime os limites! Não há mais limites, deixando os valores apurados a partir da aplicação dos critérios da proporcionalidade e do tamanho das bancadas, e do tempo do mandato exercido, que eles sejam fixados por Decreto Legislativo, ou seja, por ato da Mesa Executiva.

Então essa é a alteração. Fica sem limite e fica a critério pleno de um Decreto Legislativo da nossa Mesa Executiva.

É evidente que o projeto de resolução, ora em discussão, dará à Mesa Executiva mais um instrumento para que decida sobre os destinos de uma parcela dos recursos orçamentários próprios de um montante significativo.

A rubrica orçamentária de onde será retirado o valor da representação equivale hoje a 10% do total. O total do orçamento da Assembléia Legislativa hoje, é de 448 milhões, 278 mil, 156 cruzeiros, montante pelo qual a rubrica, pelo qual a Mesa Executiva poderá destinar somente através do Decreto Legislativo, será de 10%. A rubrica mencionada corresponde a um valor de 44 milhões, 454 mil, 350 cruzeiros.

A bem da verdade é temerário afirmar que o total será usado para esta finalidade, pois como não tem limite é possível que o seja. Então nós temos que estar preocupados.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores

Deputados: o que nos chama a atenção neste momento? A nossa preocupação é a de que antes de nós estarmos preocupados em encontrar fórmulas para aumentar as verbas de uso pessoal deste ou daquele Parlamentar, de quem quer que seja, é urgente e necessário efetivar o plano de cargos e salários do funcionalismo da nossa Casa, que foi aprovado no ano passado e que até agora não houve a efetivação; nós aprovamos o quadro, mas ainda este Poder não enquadrou os seus funcionários, essa sim deveria ser uma preocupação Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Outra preocupação que este Poder deveria ter: os nossos servidores da Casa, para não mencionarmos mais uma vez aqui todos os funcionários públicos do Estado, os da Casa, Sr. Presidente, estão vivendo com um vencimento vergonhoso. Eu, sinceramente não agüento mais ouvir a reclamação justificável dos nossos funcionários que estão nos corredores pegando na gola da nossa camisa porque não conseguem mais pagar ônibus, aluguel, não conseguem mais se alimentar; e nós, este Poder, deveríamos erguer a voz, não só para os funcionários da Casa, que são os que nos ajudam, que fazem com que o nosso trabalho apareça, mas a todos os funcionários públicos do Estado.

Portanto, esta deveria ser uma preocupação fundamental. Outra preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo na imprensa, ouvi hoje nos jornais, aonde foi denunciado e vi o Jornal "Correio de Notícias" dizendo que o Judiciário, Supremo Tribunal poderá intervir neste Poder por descumprimento da Lei e descumprimento de decisão Judicial, que objetiva contemplar direitos de servidores da nossa Casa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendo aqui uma postura e amanhã vou apresentar emendas, porque hoje não é o dia de apresentar emendas; nós a bem da verdade e a bem da justiça, deveríamos revogar essa lei, essa lei que destina recursos às lideranças partidárias, verba de representação para as mesas executivas e para lideranças de Governo, porque nós estamos num tempo em que precisamos olhar para aqueles que mais necessitam. Então, acho que não se justifica mais ficar alterando uma resolução que objetiva alterar limites ou ficar sem limites à destinação de recursos do orçamento da Assembléia para uso pessoal dos nobres Deputados, dos nobres colegas. Nós precisamos sim é nos preocupar com aqueles que mais precisam de recursos, e que este Poder pode fazer uma justiça maior, que são os servidores da nossa Casa que estão recebendo seis, oito, nove mil cruzeiros por mês.

Então, espero efetivamente que amanhã todos nós nos empenhemos para revogarmos

esse dispositivo, para que essa injustiça não continue mais a acontecer dentro do nosso Poder Legislativo.

Era isso Sr. Presidente, era isso Srs. Deputados.

Peço escusas aos nobres Pares, porque para encaminhar não cabe aparte, e na próxima oportunidade, quando discutirmos a matéria, nós aprofundaremos essa discussão.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

A Mesa vai retirar o Projeto depois da aprovação, faz anexar o discurso de Vossa Excelência ao Projeto e vai examiná-lo novamente.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 22/90, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação da Resolução n° 52 de 21 de novembro de 1989, conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/90.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - O artigo 8° da Resolução n° 52/89 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° - Os atuais ocupantes do cargo de Taquígrafo "A" e "B" ficam classificados nos cargos de Taquígrafo Revisor "A", com nível Universitário e Taquígrafo "B".

Parágrafo Único - Aos ocupantes dos cargos de Taquígrafo Revisor "A" e Taquígrafo "B" fica atribuída a gratificação de verba de representação respectivamente no percentual de 80% (oitenta por cento), e 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico."

Art. 2° - O quadro do Grupo Ocupacional Técnico Legislativo do Anexo I da Resolução n° 52/89 passa a vigorar com a seguinte estrutura:

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO LEGISLATIVO

Secretário de Comissão	SC - 1	25	Curso de 2º Grau
Taquígrafo Revisor "A"	TQ - 1	10	Curso de Taquigrafia com Nível Universitário
Taquígrafo "B"	TQ - 1	10	Curso de Taquigrafia

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em 03.04.90.
(a) Comissão Executiva.

Aprovado

O SR. ALGACI TÚLIO - Para justificativa de voto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Justificar) - Sr. Presidente, é bom que se registre neste momento uma justiça que se faz a um quadro por demais importante nesta Casa, sem o qual praticamente esta Casa não funciona, que é o quadro das taquígrafas desta Assembléia, depois de uma luta muito grande houve a compreensão da Mesa Executiva, e hoje nós temos pelo menos sanção naquilo que se esperava, pelo menos em parte o atendimento as reivindicações desta categoria. Então, queria neste momento registrar em nome de nossa Bancada, nós que fizemos alguns pedidos à Mesa, inclusive requerimento de urgência para que o projeto voltasse à discussão, nós queremos então agradecer a Mesa Executiva pela atenção que deu a esse Projeto que repara em parte o trabalho importantíssimo que representam as taquígrafas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer informar aos Srs. Deputados e principalmente ao Deputado Pedro Tonelli a respeito do noticiário do Jornal que a Mesa está no firme propósito de não pagar essa diferença solicitada porque considera ilegal, e vai até o Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n°s 727, 728, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 696, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 706, 729, 730, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 731, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimentos de n° 736, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 735, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 734, 733, 732, 713, 712, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 724, 725, 726 de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 758, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 754, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 592, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 748, 749, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 711, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 739, 741, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 738, 705, 704, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 714, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 698, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 691, 692, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 742, 743, 744, 746, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 697, 700, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 715, 716, 717, 719, 747, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 693, 694, 695, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 707, 708, 709, 710 de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 750, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 699, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 701, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 510, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.-

Essa figura da comissão especial não existe nobre Deputado, Vossa Excelência deve requerer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - A nossa Constituição é clara, Sr. Presidente. O Deputado pode requerer CPI, pode requerer Comissão Especial, isso é um dispositivo que está na nossa Constituição do Estado, e nós percebemos, Sr. Presidente, que na prática anterior é só quando o Deputado Pedro Tonelli apresenta sugestão de Comissão Especial é que não pode. Nós tivemos uma Comissão Especial aqui com pleno sucesso para acompanhar a questão das ocupações de terra há tão pouco tempo, tivemos uma Comissão Especial que foi a Foz do Iguaçu na greve dos funcionários de Itaipu. Tivemos várias comissões especiais aqui, e aliás, Senhor Presidente, Senhores Deputados este Parlamentar estranha porque esta propositura já foi protelada a uns dez dias; este Parlamentar estranha: o que é que há de estranho quando o Deputado Pedro Tonelli simplesmente propõe, exige o cumprimento da Constituição do Estado?

Eu até agora não entendo. Nós fizemos uma Constituição, assinamos, juramos defender e respeitar a Constituição, agora o Deputado Pedro Tonelli pede o cumprimento de um dispositivo que já venceu o seu prazo e não foi cumprido, e eu estou dando encaminhamento para que se cumpra, e, simplesmente se diz que esta figura de Comissão Especial não existe.

Está na Constituição do Estado do Paraná: que será constituída uma Comissão Especial que vai avaliar todos os casos de transferência, venda, doação de imóveis urbanos e rurais, que o Estado tenha transferido desde 62 até 89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está falando sobre qual requerimento?

O SR. PEDRO TONELLI - O requerimento da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Porque o outro que Vossa Excelência está falando agora, já foi aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu estou falando sobre aquele que trata da Comissão Especial prevista no artigo 21, Dos Atos, das Disposições Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deixa de receber o requerimento de Vossa Excelência, porque é uma denúncia da Câmara de Londrina, e a Assembléia não pode estar se envolvendo em denúncias que não tenham uma base jurídica. E Vossa Excelência pede o seguinte, Deputado, acho que foi erro:

"Requer a constituição de uma Comissão Oficial", o requerimento de Vossa Excelência.

Comissão Oficial? Parece-me estranho; deixa de receber o requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência não está ainda despido do espírito autoritário. Vossa Excelência tem que tomar um banho de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou lá na Albânia aprender com Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

Consta hoje também o requerimento sobre a convocação do Senhor Governador Álvaro Dias e vice-Governador, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa encaminhou à sua Consultoria Jurídica, o requerimento de autoria de Vossa Excelência referente às convocações e vai emitir o seu parecer, na próxima sessão.

É matéria de auto-indagação jurídica constitucional, e a Mesa pede vênica para Vossa Excelência para submeter o seu parecer ao Plenário, na próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 150/89.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 199/89, 08/88 e 161/90; e dos Projetos de Resolução ns. 10/90 e 19/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.

254/89, 89/90 e 120/90; e dos Projetos de Resolução ns. 14/90 e 22/90

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 132/88, 168, 206, 219 e 250/89, 14, 22, 23, 27, 55, 56, 82, 84, 103, 127, 179 e 204/90; e do Projeto de Resolução n. 101/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO. EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1990.

"MOÇÃO DE DESAGRAVO"

Curitiba, 21 de março de 1990.

Excelentíssimo Senhor
ALGACI TÚLIO
MD. Deputado Estadual
Senhor Deputado.

A Associação Comunitária dos Balneários Grajaú - Leblon apresenta a Vossa Excelência sua solidariedade em função dos lamentáveis fatos ocorridos durante a sessão de instalação da Câmara Municipal de Para-

naguá em Pontal do Sul.

Entendemos que o Prefeito e os Vereadores de Paranaguá tiveram comportamento indigno do cargo que ocupam ao fazer críticas infundadas aos Deputados Estaduais, ao Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Estadual Anibal Khury e, principalmente, a Vossa Excelência.

Manifestamos nosso repúdio aos Vereadores parnanguaras que nem ao menos lhe deram direito ao uso da palavra, para que Vossa Excelência pudesse expor as razões pelas quais defende a Emancipação dos balneários. Ao quebrarem o protocolo e o mais elementar procedimento democrático, os Vereadores parnanguaras não ofenderam somente a Vossa Excelência, mas sim à própria Instituição.

Outrossim, apresentamos nossos veementos protestos pela instalação da sede municipal no Balneário de Pontal do Sul.

Apesar deste fato implicar em reconhecimento às potencialidades do futuro município de Pontal do Paraná, entendemos ser este um ato puramente demagógico do Prefeito de Paranaguá e da Câmara de Vereadores.

Atenciosamente
(a) SUELI CORNELSEN
Vice-Presidente